



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**POLÍTICA EXTERNA FRANCESA NA ÁFRICA OCIDENTAL E
EQUATORIAL**

Dissertação de mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, orientada pela Professora Doutora Regina Queiroz

Pedro Mauricio Esono Nguema Okomo

Lisboa

2023



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**POLÍTICA EXTERNA FRANCESA NA ÁFRICA OCIDENTAL E
EQUATORIAL**

VERSÃO DEFINITIVA

**Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no
Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela
Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 08/11/2024, perante
o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 1009/2024, de 29 de outubro, com a
seguinte composição:**

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof^a. Doutora Cátia Miriam Costa

Orientador: Prof^a. Doutora Regina Queiroz

Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao Deus universal todo-poderoso, porque d’Ele surgiram os meus antepassados da tribo Olá-Esabök e da tribo Nguenñ, de quem descendem os meus pais, Don Salvador Nguema Esono Nkili e Dona Agustina Okomo Mba, por me terem dado a vida e sem esquecer a minha segunda mãe, Dona Angelines Matogo Oyana, que cuidou de mim desde os 4 anos e me influenciou a ser o homem em que me tornei. Quero também agradecer a todos os meus irmãos: Rufino Pascual Esono Okomo, Juanita Mangue Esono Okomo, Juan Manuel Esono Matogo, Cristina Dolores Esono Matogo, Salvador Esono Matogo e Hector Esono Matogo, mas, de forma especial, ao meu irmão Castro Salvador Esono Okomo e; ao meu primo Santiago Fidel Matogo, que, embora eles próprios não tenham consciência disso, são aqueles que me influenciaram desde criança a interessar-me pelas Relações Internacionais.

Os meus respeitosos agradecimentos à Professora Doutora Regina Queiroz, por me acompanhar nesta árdua orientação para o aperfeiçoamento da minha dissertação.

Da mesma forma, agradeço profundamente à senhora Alicia Andrade por me ajudar neste árduo caminho e, por último, mas não menos importante, agradeço à Dona Dora Valente, mãe do meu filho, por ter me dado o motivo mais importante para as minhas lutas e persistências; Esse meu filho, a quem carinhosamente chamo de “Kike”, é o meu motivo para não desistir e continuar lutando para alcançar os meus objetivos profissionais e lhe dar a vida que merece, uma vida melhor. Muito obrigado a V. Exas, que também tiveram um papel importante na minha vida para que eu pudesse estar aqui, a concluir a minha dissertação. Gratidão.

Índice

Agradecimentos	2
Índice de abreviaturas.....	5
I. Resumo	10
Abstract.....	11
II. Introdução.....	12
III. Motivo de Escolha do Tema	¡Error! Marcador no definido.
IV. Objeto de Estudo	13
V. Questão de partida.....	13
VI. Hipótese.....	13
VII. Modelo de Análise.....	13
VIII. Método utilizado	13
IX. Objetivos específicos.....	13
CAPÍTULO I.....	16
1. “FRANÇAFRIQUE” (Françafrika)	16
1.1. Processo das Independências e a Influência Política.....	18
1.1.1. O Guiné-Conacri de Sekou Touré.	19
1.1.2. Influência Política.....	21
1.1.2.1. Golpes de estado.....	22
1.2. Influência Económica	33
1.2.1. UEMOA ou UEMAO	34
1.2.2. CEMAC.....	34
1.2.1.3. Os bancos centrais BCEAO e BEAC	35
1.2.2 .Os princípios da zona franco.....	39
1.2.2.1. A livre conversibilidade das moedas africanas garantida pelo tesouro francês 40	
1.2.2.2. Paridade Fixa Do Franco CFA.....	47
1.1.1.1. Liberdade absoluta de transferências.....	51

1.2.3. Origem e criação do franco CFA.....	55
1.1.2. O ECO	57
CAPÍTULO II	61
2. Política militar francesa	61
2.1. Política militar no Sahel (o caso do Mali)	61
2.1.1. Governabilidade no Mali	61
2.1.2. Presença militar francesa no Mali (a Guerra Justa)	65
2.1.3. Antecedentes da guerra do Mali	66
2.1.3.1. Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI)	66
2.1.3.2. Etnografia do MALI.....	67
2.1.3.3. O MNLA.....	69
2.1.3.4. Invasão na Líbia e a morte de Gaddafi	70
2.2. Guerra no Mali.....	72
2.3. O Caso do Níger.....	73
2.4. <i>Black Jihad (Consequência do Caos no Sahel)</i>	75
Conclusão	77
Bibliografia	80
Webgrafia.....	83

Índice de Abreviaturas

ACP (Associação da África, Caribe e Pacífico)

ADEMA (Aliança para a Democracia no Mali)

AEF (África Equatorial Francesa)

AOF (África Ocidental Francesa)

AQMI (Al Qaeda do Magreb islâmico)

BCC (Banco Central das Comoras)

BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental)

BEAC (Banco dos Estados da África Central)

BOAD (*Banque Ouest Africain de Développement*) “Banco de Desenvolvimento da África Ocidental”

C.A (Conselho de Administração)

CDR (Comités de Defesa da Revolução)

CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)

CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central)

CNRDE (Comité Nacional para restaurar a democracia)

CNSP (Comité Nacional da Saúde Popular)

CNT (Conselho Nacional de Transição)

COS (*Commandement des Operations Speciales*)

CUT (Comité da Unidade do Togo)

DCRI (Diretoria Central de Inteligência Interna)

EPR (*European Pressurised Reactor*) Reator Pressurizado Europeu

FACT (Força da alternância e concórdia do “Tchad”)

FAM (Forças Armadas do Mali)

FCFA (Franco das Colonias Francesas de África)

FF (Franco Francês)

FLN (Frente de Libertação Nacional)

FMI (Fundo Monetário Internacional)

GIA (Grupo Islamita Armado)

GM (Guerra Mundial)

GSPC (Grupo Salafista para a Predicação e o Combate)

IDE (Investimento Direto Estrangeiro)

MCF (Marco Colonial Francês)

MESMA (*Mission Internationale de soutien au Mali*) Missão Internacional de apoio ao Mali

MLPC (Movimento para a Libertação do Povo da África Central)

MNA (Movimento Nacional da Azawad)

MNJ (Movimento dos Nigerinos para a Justiça)

MNLA (Movimento Nacional de Libertação do Azauade)

MUJAO (Movimento para a unificação jihadista da África ocidental)

ONU (Organização das Nações Unidas)

OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OUA (Organização da Unidade Africana)

PAZF (Países africanos da zona Franco)

PDG (Partido Democrático da Guiné).

PPT (Partido do Progresso do Togo)

RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*) “Assembleia Democrática Africana”

RPG (*Rassemblement du peuple de Guinée*) “Assembleia do Povo da Guiné”

SDECE (Serviço de Documentos Externos e Contra-espionagem)

UDEAC (União Aduaneira e Económica da África Central)

UE (União Europeia)

UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano)

UFB (União das Mulheres de Burkina Faso)

UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

UPC (União da População dos Camarões)

Índice de Tabelas

Tabela 1. Paridade do FCFA	50
Tabela 2. Investimentos Privados Diretos (1970-1993) em dólares americanos	52
Tabela 3. Transações sem Contraprestação (famílias não africanas) em dólares americanos	54

I. Resumo

África é conhecida como o continente pobre, apesar das enormes reservas de recursos naturais nele contidas. Alguns apontam que a razão desse contraste se deve à maldição da variedade de grandes riquezas naturais que o país detém. Sem dúvida, a grande maioria de estudiosos ou simples curiosos sobre esta questão concordam que a situação de declínio político, económico e social do continente africano se deve à ambição do poder, ao infindável número de ditadores ineptos que a administram desastrosamente, desde o surgimento dos primeiros Estados Africanos, e que, até hoje, a dinâmica dos líderes africanos continua com a mesma tendência ditatorial ou é, simplesmente, incapacitada. Todavia, será que os únicos responsáveis por esse cenário são os próprios africanos? Se são, quais deverão ser os mecanismos para tentar reverter essa situação de pobreza? Se eles foram usados, o que os impede de alcançar o objetivo de desenvolverem o continente nos seus diferentes aspetos? Esta última preocupação será abordada nesta dissertação.

Focar-nos-emos nos países que têm uma relação colonial ou económica com a República Francesa. Tentaremos averiguar até que ponto continuam vinculados ao colonialismo, que grau de influências coloniais continuam a ter, a nível político, social, económico e cultural, e quais são as consequências que essas influências externas causam internamente em alguns dos países mencionados.

Utilizaremos uma metodologia qualitativa de análise que recolhe dados bibliográficos previamente apresentados na literatura sobre o tema da dissertação, bem como pesquisas webgráficas, tais como entrevistas, documentos, documentários e reportagens.

Palavras-chave: África, Franco CFA, Influência francesa, terrorismo.

Abstract

Africa is known as the poor continent despite the enormous reserves of natural resources found in it. Some point out that the reason for this contradiction is the so-called curse of raw materials. Without a doubt, the vast majority of scholars on this matter or simply curious, they agree that the situation of political, economic and social decline in the black continent is due to the ambition of power, to the endless number of inept dictators who managed disastrously since the emergence of the first African States and that until today, the dynamics of African leaders continue with the same dictatorial tendency or simply incapacitated; But could it be that the only ones responsible for this scenario are the Africans themselves? If they are, have they used mechanisms to try to reverse this situation of poverty? And if they have used them, what prevents them from reaching the goal of developing the continent in its different aspects? This last concern will be addressed in this research work.

We will focus on countries that have a colonial or economic relationship with the French Republic. We are going to analyse to what extent they continue to be linked to their colonial umbilical cord, what degree of colonial influence they continue to have, at a political, social, economic and cultural level, especially the consequences that these external influences cause internally in some of the countries mentioned.

We will use a qualitative analysis methodology which gathers bibliographical data previously presented in the literature on the topic of the dissertation, as well as webgraphic research, namely, interviews, documents, documentaries and in-depth media reports.

Key words: Africa, Franc CFA, French influence, terrorism.

II. Introdução

A França deteve o segundo maior império colonial no continente africano, atrás apenas da Grã-Bretanha, e manteve os seus territórios divididos em duas grandes federações, África Ocidental Francesa (AOF) e África Equatorial Francesa (AEF). A primeira foi fundada em 1895, e Dakar, no Senegal, era a sede do governo, constituída pelos atuais territórios de Senegal, Mali, Mauritânia, Burkina-Faso, Guiné, Costa do Marfim, Níger e Benim. A segunda foi instituída em 1910, tendo Brazzaville, capital da atual Congo Brazzaville, como sede do governo. Incluía os atuais Estados do Chade, República Centro Africana, Gabão e República do Congo (Judge, 2005). Esse sistema de federações perdurou até 1960, quando os territórios ultramarinos conquistaram as suas independências.

A colonização francesa e o modo de administração utilizado nas colónias africanas, ainda hoje têm reflexos nos Estados, e no modo como esses exercem as suas políticas internas e externas, razão pela qual, após as suas independências, podemos perceber a estreita relação mantida entre a metrópole e as elites locais, favorecendo a manutenção da influência da primeira nos assuntos internos dos estados africanos.

O processo de descolonização tem um papel crucial no modo como se dá a relação entre França e África, tendo conseguido propagar a sua interferência, em setores estratégicos internos, como o da segurança.

A França é também o país com maior participação em “missões de paz” em África, onde realiza uma série de capacitação militar para fortalecer as forças armadas locais. Além disso, é ainda o principal país parceiro comercial de grande parte desses Estados.

A fragmentação política observada nesses territórios, em especial em países como a República Centro Africana, Camarões, Mali... etc., será abordada na presente dissertação. Esta fragmentação tem origem no período colonial, através do favorecimento pessoal de determinados líderes nativos e o incentivo a políticas de exclusão. Estes factos são as causas de grande parte dos problemas internos e dos conflitos vividos atualmente nos países em estudo. Por isso, o objetivo principal deste estudo é verificar qual o grau de influência de que a França dispõe atualmente nas suas antigas colónias, e, dessa forma, demonstrar que: (a) a independência desses Estados nada mais é do que um mito; (b) a ligação que esses países mantêm nas políticas “externas” com a França é uma das causas da asfixia da sua autodeterminação política, social, económica e cultural. Escrevo “externas” entre aspas, porque ao longo da dissertação iremos constatar que as interferências e influências externas são constantes dentro da demarcação territorial desses países – em vez de política externa deveremos referir a violação da sua soberania. Em suma, iremos abordar as causas permanentes do subdesenvolvimento de um conjunto de países. Caso não haja uma alteração do *statu quo* destas relações, África irá continuar a ser o continente mais rico em termos de

matérias-primas, mas nunca irá deixar de ser o continente mais pobre em termos do índice de desenvolvimento.

III. **O Objeto de Estudo:** Os Países da Zona Franco (PZF) da África Ocidental e Equatorial, por estarem entre os mais subdesenvolvidos social e economicamente, bem como serem os mais instáveis, a nível político, de todo o continente. Esse subdesenvolvimento é uma coincidência, ou tem a ver com o que todos eles têm em comum.

IV. **Questão de partida:** a França continua a intervir fortemente no cerne político e económico dos países africanos de língua francesa, apesar de estes serem independentes? E, depois destas questões/preocupações, visamos saber quais são as consequências dessa intervenção nestes países e no continente em geral.

V. **Hipóteses:** a intervenção económica e política da França nos assuntos internos destes estados africanos da Zona Franco tem como consequência a existência de governos instáveis/ilegítimos e o incremento da pobreza dos seus povos, devido à tutela monetária imposta pela França.

VI. **Modelo de Análise:** Para reforçar esta resposta inicial, utilizarei um modelo de análise que recolhe dados bibliográficos previamente apresentados pela literatura sobre o assunto, tais como entrevistas, documentos, documentários e reportagens.

VII. **Método:** qualitativo.

VIII. **Os objetivos específicos** são os seguintes: (a) Determinar como a ingerência francesa nos assuntos internos dos PZF contribui para o seu declínio económico e político; (b) Determinar até que ponto as ex-colónias francesas continuam ligadas ao vínculo colonial; (c) Determinar quais são as consequências dessa intervenção nestes países e no continente em geral; (d) Evidenciar como funciona esta política desde o seu núcleo e como contribui para a situação de quase escravidão financeira em que estes países se encontram atualmente; (e) Determinar como são violadas a soberania e autodeterminação de vários PZF.

A presente dissertação contém conteúdos que remontam à década de 1940 (período de instabilidade em França, de tal forma que, por isso, começaram a surgir ideias de emancipação no continente africano, em geral, e nas colónias francesas, em particular) até ao presente ano de 2021, um ano igualmente muito turbulento na zona franco. A dissertação é composta por dois capítulos.

O primeiro capítulo aborda as relações externas franco-africanas, nomeadamente as interferências e influências políticas e económicas que a França tem gerado ao longo da história e na atualidade, e como estas condicionam diretamente a situação contemporânea de muitos estados africanos.

No segundo capítulo, aborda-se a política militar francesa nesses países, sobretudo como as intervenções militares dos países europeus, que, consequentemente, criaram um

regime de insegurança em quase todo o continente, provocando o surgimento e radicalização de grupos insurgentes ou separatistas a partir do ano de 2012.

CAPÍTULO I

1. “FRANÇAFRIQUE” (Françafrika)

Para compreender a atual política externa entre França em relação às suas ex-colônias é imprescindível conhecer a origem das ligações bilaterais que levaram a criar essa relação, diríamos, umbilical. O primeiro facto remonta aos séculos XIX e XX, períodos de instabilidade política no velho continente, mas, de uma forma concreta e especial, para a França, que era na altura um império colonial, ocupado durante a Segunda Guerra Mundial, de 1940 a 1944, pela Alemanha nazi. Esta ocupou a capital francesa, Paris e o norte da França, dividindo o país em duas regiões: o norte dominado pela Alemanha e o Sul sob o comando do Marechal Pétain, tendo a cidade de Vichy como sede do governo (Knapp, 2007, p.22; Andrade, 2014, p. 37).

O segundo facto é basicamente uma consequência do primeiro. O enfraquecimento político da segunda maior metrópole no continente africano deveu-se à derrota na guerra contra a Indochina, entre o ano 1946 e o ano 1954, e à participação na Segunda Guerra Mundial. Este último episódio constituiu uma etapa decisiva para os processos de descolonização, pois deu espaço para que, nas colónias, comesçassem a emergir as primeiras manifestações nacionalistas e independentistas, determinantes para a independência das colónias do Norte de África.

Após a soberania dos países do Magreb e, por consequência, da independência da Argélia, onde perdeu grande parte dos benefícios obtidos pelo gás e o petróleo que extraía sem custo nenhum, a França adotou uma estratégia de cooperação perante os seus restantes territórios ultramarinos.

Essa influência perdeu-se devido aos independentistas, liderados pela Frente de Libertação Nacional (FLN¹). A FLN era liderada por Ahmed Ben Bella e declarou uma guerra contra os colonos que durou de 1954 até 1962. O conflito provocou a morte de mais de 300 mil argelinos e 27.500 soldados franceses, bem como o êxodo de 900 mil colonos franceses (Bezerra, 2016; Cancela, 2014; Freitas, 2021, p. 31).

Após terem perdido a influência política e económica na Argélia, e tendo em conta os novos equilíbrios, as exigências dos povos colonizados e a influência das metrópoles, o General De Gaulle rapidamente tomou consciência da situação e optou por apresentar uma nova face das relações entre colonizados e colonizadores.

Os nacionalistas visavam obter a independência a todo o custo e, por isso, o General adota um discurso de cooperação e associação. Na perspetiva do Chefe de Estado francês, a associação abre a porta a outras formas de organizações político-institucionais que eram a

¹A Frente de Libertação Nacional é um partido nacionalista argelino. Foi criado a 1 de novembro de 1954, resultante da fusão de pequenos partidos, com o objetivo de obter a independência da Argélia frente à França.

mera reprodução do modelo metropolitano. Podia permitir a evolução teórica e a personalidade política, cultural e jurídica destes povos e Estados em direção à independência e ao estabelecimento de relações estreitas com a França. Por outras palavras, a proposta era que o país europeu se convertesse num “tutor político” para ajudar a garantir aos novos Estados a prossecução dos seus objetivos a nível político, económico, social e até cultural, para serem reconhecidos pelos outros atores das relações internacionais.

Os novos direitos concedidos às populações ultramarinas deviam eventualmente tender para uma certa autonomia, mas não para o respeito dos instrumentos de soberania: defesa, segurança interna, diplomacia, moeda, assuntos económicos imperiais, etc. Apenas se admitia o direito dos territórios a serem reconhecidos como Estados, com um nome próprio e uma identidade própria. Surgiu, assim, a Comunidade Franco-Africana em 1958, origem da que hoje é denominada “France-Afrique”. O objetivo de De Gaulle era retornar à grandeza de um império após as consequências desastrosas da Segunda Guerra Mundial, a Guerra com a Indochina e a perda da Argélia (Cancela 2014; Turpin, 2008, p.47).

Com a progressão das independências que iniciaram no norte do continente africano, o mais provável seria que a subsaariana também fosse influenciada pela causa. A busca pela soberania dos países da África Negra seguiu-se em cadeia, começando nos países anglófonos, como o Gana, e alastrando posteriormente também às colónias francesas.

No final da década de 50 e no início da década de 60, os movimentos independentistas que tiveram origem no final dos anos 40 começaram a intensificar-se devido à pressão nacionalista e à pressão externa, bem como a novas dinâmicas da comunidade internacional. Isso perturbou o General De Gaulle, dado a autodeterminação das colónias supunha uma grande perda económica para a progressão do estado francês e, em plena guerra contra a Argélia, a França não podia dar-se ao luxo de perder o resto das suas colónias da mesma forma.

Como reação, a França começa a criar uma estrutura política para enlaçar os novos países com a antiga metrópole, denominada Célula Africana de L’Elize. O General De Gaulle escolheu duas figuras centrais que desempenharam um papel fundamental na implementação dessa estrutura política nos novos países africanos, Pierre Gilloume e, sobretudo, Jack Foccart, o grande coordenador da política francesa em África (Foutoyet, 2009, p.19).

Segundo Foutoyet (2009), Jack Foccart foi o responsável por pôr em contacto os presidentes africanos e o presidente francês através da Célula Africana da L’elize. Outro que foi recrutado foi Maurice Robert, encarregado como o chefe do sector relacionado com

continente africano no Serviço de Documentos Externos e Contraespionagem (SDECE)² que confessou o seguinte:

“O objetivo principal era claro, defender o regime político no poder e evitar uma estabilidade política nesses países”; porém esta estrutura, desenhada pelo General De Gaulle para proteger os novos Chefes de Estados africanos, foi traduzida em acordos de cooperação militar e baseava-se em implementar bases militares que no caso de surgirem ameaças externas tinha a função de defesa dos territórios; outra parte a ressaltar, foi manter todos esses países sob o domínio de uma moeda comum desde o ano 1945, finais da Segunda Guerra Mundial. Em troca recebiam trato preferencial no que concerne às explorações dos recursos naturais e à criação de uma ligação sólida política e económica entre esses países e a antiga metrópole” (Sena, 2012, P.38, Chaîne upvtv, 2012).

Aquela máquina da política externa francesa com os países africanos foi denominada Comunidade Franco-africana. Esta atuava em benefício do estado francês e foi submetida a referendo.

1.1. O Processo das Independências e a Influência Política

A Célula Africana de L'Elize ficou encarregada de organizar as futuras eleições para escolher os novos mandatários e orientar a independência dos territórios africanos colonizados pela França. Mas existiam várias posições entre os independentistas, a maioria defendendo projetos federalistas entre futuros estados. Um dos defensores do projeto foi Leopold Sedár Sengor, que pretendia criar um Estado Federal que surgiria do conjunto das colônias francesas na África Ocidental; do outro lado, estava Félix Boigny, que se opôs ao referido projeto, alegando que o seu país, Costa de Marfim, era mais rico que do que os outros, e não queria que fosse aproveitado pelos demais territórios. Afirmava não ser necessário criar um Estado federal. Admitia, todavia, que fosse criada uma comunidade para unir essas ex-colônias. Desta forma, os dirigentes africanos abandonaram o projeto federal da África Ocidental. Os territórios que faziam parte do projeto votaram individualmente a favor da Comunidade Franco-Africana, que previa a autonomia interna dos territórios africanos, mas ainda sob a soberania internacional da França. Note-se que, no Níger, o socialista Gibaud-Bacary tentou fazer campanha pela secessão, mas a administração colonial sabotou as eleições e colocou Hamani Diori como o novo presidente.

Na África Equatorial Francesa, no centro de África, Barthélémy Boganda votou SIM para não isolar o seu território. Ele sabia que se tratava duma independência imediata, mas, como tinha grandes ambições para o seu país, queria criar uma federação de estados que incluísse todos os estados da África Equatorial Francesa e também os territórios anexados que pertenciam a outras colônias, como o Zaire, que pertencia à Bélgica, Angola, ocupada pelos portugueses, e a Guiné Espanhola, que ainda era uma colônia espanhola. Este

² O Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage (Serviço de Documentação Externa e Contra-Espionagem), abreviado SDECE (francês: [zdek]), foi a agência de inteligência externa da França de 6 de novembro de 1944 a 2 de abril de 1982, quando foi substituído pela Direcção-Geral da Segurança Externa (DGSE).

conjunto de futuros estados formaria a Federação Latino-Africana, um projeto idealizado pensando nas ameaças do comunismo, do Pan-arabismo e tudo o que poderia vir para a África Anglo-Saxónica. Boganda não teve tempo de realizar este projeto devido à sua morte, em 29 de março de 1959, num acidente aéreo. Alvitra-se ter sido um atentado pelos serviços secretos franceses (Paim, 2016, p.227). Até hoje nunca se soube os motivos da sua perda. Sabe-se, sim, que o seu projeto foi insolente e desafiador para as grandes metrópoles poderosas: Bélgica, França, Espanha e Portugal (Bonacina, 2018, p.24). Em suma, todos os líderes que ansiavam por uma verdadeira independência, entre eles Ruben Um Nyobé, espancado pelo exército francês em 13 de setembro de 1958, incluindo a autonomia monetária, a exploração das suas próprias matérias-primas, a cooperação militar intra-africanas... etc, desapareceriam gradualmente, para que os africanos pudessem votar a favor da Comunidade Franco-Africana (Moore, 2010, p.83).

Preparado o terreno, poderíamos prosseguir rumo à futura independência. Vale a pena ressaltar que Félix Boigny, um dos que mataram vários sonhos federais na África Ocidental, acabou por ser um dos aliados do General De Gaulle na concretização da política da Comunidade Franco-africana nos países africanos (France 24, 2020).

1.1.1. A Guiné-Conacri de Sekou Touré.

A dinâmica das ex-colónias francesas da África subsaariana era uniforme, visto que aceitaram aderir à Comunidade Franco-Africana idealizada e criada pelo General De Gaulle. Os representantes dos novos Estados Africanos assinaram acordos que praticamente implicavam renunciar à sua autodeterminação e soberania como países independentes. Porém, desde que se iniciaram os nacionalismos e movimentos anti-imperialistas³ no continente africano, a Guiné-Conacri chegou a destacar-se por ter evoluído de forma diferente. O país foi identificado pela classe política francesa como a “ovelha negra” das ex-colónias por dois principais motivos:

No ano de 1947, realizou-se a cimeira de Bamako (Mali), de cariz muito importante para os primeiros movimentos nacionalistas das colónias francesas, durante a qual nasceu o *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA)⁴ a Assembleia Democrática Africana. Esta foi uma cimeira anti-imperialista, que reuniu vários líderes africanos de diferentes territórios coloniais. Muitos deles viriam ser os primeiros presidentes dos novos estados emergentes após as independências (Kipré, 1989, p.17). Sekou Touré participou na cimeira. Após o encontro, fundou o partido Partido Democrático da Guiné (PDG). Começou a lutar com muita determinação para obter a liberdade do seu povo e no dia 2 de outubro de 1958,

³ Imperialismo. É um conjunto de ideias, medidas e mecanismos que, sob determinação de um Estado-nação, procuram efetivar políticas de expansão e domínio territorial, cultural ou económico sobre outras regiões geográficas, vizinhas ou distantes. Anti-imperialista é a oposição ao Imperialismo.

⁴ A Assembleia Democrática Africana foi um partido político da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa, que teve um importante papel na descolonização francesa da África. A RDA era composta por diferentes partidos políticos em todas as colónias francesas na África e durou de 1946 até 1958.

obteve a independência da sua pátria. A Guiné-Conacri foi um dos primeiros estados independentes de toda África subsaariana e o primeiro Estado Independente das ex-colónias francesas. Sob o comando de Sekou Touré, a Guiné desenvolveu uma cultura política diferente junto dos cidadãos do seu país.

No ano de 1958, quando foi fundada a Comunidade Franco-africana, o General De Gaulle tinha como plano propor às colónias acordos para as futuras independências. Estas responderam afirmativamente, concordando com a proposta do Chefe de Estado francês. Todavia, na Guiné-Conacri, o general encontrou uma classe política mais preparada e consciente do que supõe ser um Estado independente e, por isso a proposta do De Gaulle foi rejeitada com uma frase épica de Sekou Touré que fica para sempre na memória de todos os guineenses e de todos os que defendem a causa do pan-africanismo: *Nós preferimos viver na pobreza sendo livres, do que viver na riqueza sendo escravos. Sem liberdade não haverá nunca prosperidade* (Barry, 2002, p. 249; Hugon, 2010, p. 63; Pereirinha, 2023).

Nesse mesmo instante, foi declarada a independência do país, dois anos antes do que as restantes colónias francesas. A França não demorou em reagir e retirou toda a administração e as forças francesas, pensando que isso faria recuar a decisão de Sekou Touré e enfraquecer a classe política do novo estado africano. Perante esta situação, o presidente Sekou Touré efetuou uma aliança com o bloco soviético, provocando assim uma nova dinâmica política e social; na vertente económica, o país saiu da zona monetária comum e criou a sua própria moeda, o franco guineense.

Na capital francesa, estavam a par da prosperidade do novo estado, e daqui irá resultar a primeira missão de Maurice Robert visando a desestabilização do novo país, para que o seu sucesso não pudesse contagiar o resto dos territórios vizinhos, que ainda continuavam a ser colónias.

A primeira estratégia foi treinar e vender armas à oposição política do partido criado por Sekou Touré, para assim incitar a um golpe de estado. Não teve sucesso, porque todo o país estava a favor da visão política do novo presidente.

A segunda forma de desestabilizar o país foi imprimir notas falsas da moeda guineense em grande quantidade, para que assim esta pudesse perder o seu valor monetário, gerando maior inflação e diminuindo a sua competitividade.

Não conseguiram desestabilizar a política do país, mas sim influenciar a economia, originando um grande declínio económico, que será a principal causa da pobreza no país. Estas estratégias contra o regime de Sekou Touré afetaram mais a população do país do que o regime político.

1.1.2. Influência Política

O primeiro facto que mostra o *modus operandi* da Françafrique é o caso do governo do Gabão, liderado pelo presidente Leon Mba. A sua administração era controlada e manobrada diretamente pela França, em todos os sectores ministeriais do país. O encarregado era o francês Jacques Pigot. Esse facto provoca descontentamento no povo, que achava que, apesar da independência obtida, o seu país continuava a ser colonizado pelos franceses. Tal impulsionou a emergência de militares revolucionários que irão desencadear um golpe de estado. No dia 19 de fevereiro de 1964, estes assaltaram o Palácio Presidencial e anunciaram um Comité Revolucionário, que tinha como presidente da transição o capitão Obama, líder do grupo (Fatijó, 2017, p.11, Pena, 2014, p.161).

Através de Maurice Robert, a França decidiu intervir militarmente no Gabão para proteger o presidente Leon Mba e os seus interesses, conseguindo restabelecer e reforçar a segurança do Chefe de Estado dopaís. Este reforço estrutural teve como encarregado Robert Maloubier, também de nacionalidade francesa.

No ano de 1967, Jacques Foccart, responsável da célula africana de “L’Elize”, exerce a sua função de destituir o Presidente Leon Mba, por motivos de saúde. Foi nomeado Omar Bongo Ondimba, que na altura já era o chefe do Gabinete Presidencial. O presidente Leon Mba foi incitado a reformar a constituição nacional e ceder o poder.

Omar Bongo Ondimba governou o seu país durante 42 anos, desde 1967 até à sua morte no ano de 2009, após o que o cargo foi transferido para o seu filho, Ali Bongo, que continua no poder até a atualidade.

Os Camarões também possuíam grandes reservas petrolíferas. Obtém a sua independência a 1 de janeiro de 1960. O general De Gaulle incumbiu a Maurice Robert a tarefa de escolher o Chefe de Estado do novo país. Foi nomeado Ahamadou Ahidjo, o primeiro presidente da República dos Camarões. Porém, como a sua gestão persistiu sob a influência da antiga metrópole, continuaram a existir mais benefícios externos do que internos.

Esta governação tinha uma forte oposição, principalmente a do partido União da População dos Camarões (UPC), um partido proibido no país pela sua ideologia marxista. Após o assassinato do seu líder e fundador Ruben Um Nyobé pelos militares franceses, o seu substituto Felix Moumié, distinguia-se pela sua liderança e carácter. Considerava Ahamadou Ahidjo um “fantoche” dos franceses.

O seu ativismo político não passou despercebido à classe política francesa, começando a causar desconforto na antiga metrópole, razão pela qual no dia 3 de novembro de 1960, foi encontrado morto de uma forma misteriosa na cidade de Genebra. Anos depois, foi confirmado ter sido assassinado “provavelmente” a mando dos serviços secretos franceses da SDECE, por William Bechtel, um ex-soldado comandado por Jack Foccart. Vários

artigos e livros confirmam esta versão, mas a fonte principal usada foi o documentário “France-afrique La raison d'État”, totalmente fiável porque os protagonistas dos atos cometidos na altura são os próprios que aparecem como entrevistados (Chaine Uptv, 2012, Held, 1961, Rechniewski, 2018, p.229)

Ahidjo ficou sem oposição política e governou o país de forma ditatorial desde 1960 até 1982.

1.1.2.1. Golpes de estado

Outro fenómeno resultante da influência política são os numerosos golpes de estado. Nos últimos 50 anos, têm acontecido perto de 70 golpes de estado em 26 países africanos e 17 desses países são ex-colónias francesas. Podemos deduzir que os acordos que se inserem nas relações Françafrique têm alguma influência aos motivos que conduzem a esses conflitos armados. Vamos nomear os casos mais relevantes dessa natureza nos estados francófonos do continente africano:

- **Togo**

País da África Ocidental, na atualidade é considerado uma ex-colónia francesa, mas nem sempre foi assim. Foi colonizado pelos alemães em 1847. Durante a Primeira Guerra Mundial, os franceses e os britânicos declararam guerra aos alemães. Por isso, os alemães acabaram por ser desalojados durante os conflitos armados. Em 1922, a Liga das Nações dividiu o Togo entre duas partes, uma parte foi concedida ao Reino Unido e a outra à França. Em 1946, esses dois países colocaram os seus territórios sob a custódia das Nações Unidas.

Cada metrópole europeia tinha as suas próprias regras na administração dos seus territórios. Havia diferenças entre os franceses e os ingleses. O caso do Togoland⁵ nunca foi fácil, já que o mesmo território estava a ser ocupado pelos ingleses e pelos franceses. Os nacionalistas do país vizinho, Costa do Ouro⁶ para além de partilharem a fronteira terrestre, partilhavam a mesma etnia, os “ele”. Liderados por Kwame Nkruma, acabaram por obter a independência no ano de 1957, passando o território a chamar-se Gana. Nessa altura, surge a figura do Silvanos Olimpio, que criou o partido político Comité da Unidade do Togo (CUT) Em 1958, Olimpio viaja até Paris para negociar a independência com o General De Gaulle, mas a intenção não foi bem aceite. Daí que o chefe francês declarasse que o país fosse apenas uma província ultramarina. (Cabral, 2017).

⁵A Togolândia foi um protetorado alemão na África Ocidental de 1884 a 1916, abrangendo o que é hoje a nação de Togo e grande parte do que é atualmente a Região do Volta do Gana. A colónia foi fundada durante a partilha da África.

⁶A Costa do Ouro era, segundo os colonizadores europeus, a costa oeste do Golfo da Guiné, uma região que atualmente pertence a Gana. As "costas" do ouro, dos escravos e do marfim foram assim nomeadas em virtude dos recursos que possuíam.

Em 1960, a porção britânica foi incorporada no território da Costa do Ouro (atual Gana), enquanto os territórios franceses continuaram a ser a República Autônoma de Togo, mas não por muito mais tempo, porque no mesmo ano celebraram-se eleições às quais o partido CUT, liderado pelo Silvanus Olimpio, se apresenta contra outros partidos. O principal partido da oposição era o Partido do Progresso do Togo (PPT), liderado pelo então Primeiro-ministro e Chefe do Governo do Estado que ainda pertencia à esfera francesa, Nicolas Grunitzky. Apesar de não ter o apoio da França, Olimpio ganhou as eleições e declarou imediatamente a independência da República de Togo, no dia 27 de abril de 1960.

O novo Chefe de Estado sempre optou por uma independência total, para assim poder criar projetos que pudessem contribuir para a grandeza do seu novo país a nível político, económico e social. Um dos objetivos era formar um estado federal com a vizinha República de Gana, porque, antes da chegada dos europeus, os dois países faziam parte dum mesmo território étnico. Esse projeto envolveu o presidente Kwame Nkruma⁷ e foi denominado “A reunificação da Etnia Ewe”. (Cabral, 2017).

Silvanus Olimpio sempre acreditou que a independência do seu país precisava de ser total, política, económica e socialmente. Porém, recusou dar continuidade ao acordo do pagamento da dívida colonial. A França afirmava que deviam pagar a compensação decidida pelos franceses durante a época colonial. Esse pagamento correspondia a 40% da economia do Togo. Por essa e outras razões, em 1963 Olimpio toma a decisão de sair da zona franco e criar a sua própria moeda nacional, sem qualquer vínculo à França. A nova moeda iria ser garantida pelo banco alemão Bundesbank. Dessa forma, o novo Estado iria retomar as suas relações com os verdadeiros antigos colonos do país, já que Togoland, como era chamado antigamente, sempre foi uma colónia alemã. A data para assinar o acordo de saída do novo país da zona franco foi o dia 15 de janeiro de 1963 e o local, Paris. Dois dias antes do encontro entre o presidente francês e o presidente do Togo, Silvanus Olimpio foi assassinado no dia 13 de janeiro de 1963 na sequência de um golpe de estado⁸. Foi o primeiro presidente na história do continente africano executado no exercício do seu mandato (Guran, 2012, p. 80).

Após a morte de Sylvanus Olimpio, quando o país ainda se encontrava sob alçada francesa, retornou ao poder o antigo primeiro-ministro, Nicolas Grunitzky. Num sistema semipresidencial, Grunitzky também serviu a Assembleia Nacional Francesa de 1951 a 1958, tendo sido no mesmo período o concorrente político direto do Sylvanus Olimpio. Depois de

⁷Kwame Nkrumah, conhecido como um dos principais líderes pan-africanos, conduziu a Costa do Ouro até à sua independência, em 1957. O Gana torna-se o primeiro país independente da África subsaariana.

⁸ Golpe de estado é uma tomada de poder através da força. Ao contrário do que acontece com uma revolução, nenhum movimento social está envolvido. A acção de um pequeno grupo contra a autoridade consegue apoderar-se do poder. O grupo atua com rapidez, aniquilando ou neutralizando determinadas personalidades que desempenham funções públicas fundamentais.

ter perdido as eleições de 1960, foi exilado para a França, onde mantinha estreitas relações, especialmente com Jacques Foccart. (Cabral, 2017).

Nicolas Grunitzky chegou através de um golpe de estado que não foi protagonizado por ele. Porém, toma o comando do país no mesmo dia da morte do anterior chefe de Estado, a 13 de janeiro de 1963. É importante referir que o novo chefe de estado nasceu em Atakpamé, em 1913, filho de pai alemão e mãe togoleza (da realeza iorubá), o que significa que tinha relações familiares com o país do seu pai, mas não podia ter certas relações políticas ou económicas com o mesmo. Não podemos esquecer que Alemanha foi a verdadeira metrópole para os togoleses e a França não permitia a reaproximação de ambas, sendo que esta relação também foi um dos motivos que levou à morte do Sylvano Olimpio. O novo Chefe de Estado só ficou no poder até 1967. Foi vítima de um golpe de estado, protagonizado uma vez mais por Gnassingbé Étienne Eyadema, o mesmo sargento que ceifou o seu antecessor, só que, desta vez, após do golpe, Eyadema proclamou-se Presidente, Chefe de Estado e Ministro de Defesa do país. Implementando um regime ditatorial extremo, instaurou o sistema de partido único, o “Rally do Povo Togolês”. O período autoritário durou de 1967 até à sua morte em 2005 (Moore, 2010, p. 78).

Segundo Comi Toulabor, investigador do Centre d'Études d'Afrique Noire, Eyadema foi amigo do presidente francês Jacques Chirac. Permaneceu no poder durante 38 anos, graças a alguns golpes sistemáticos, fraude eleitoral, à lealdade de um exército repleto de membros do seu grupo étnico, Kabye, sólido apoio estrangeiro (especialmente da França) e gestão hábil do acesso aos escassos recursos económicos do Togo. É necessário mencionar que, após a sua morte, foi escolhido como o sucessor o seu filho, Faure Gnassingbé, que ainda é atualmente o Chefe de Estado do país.

- **República Centro-Africana**

A República Centro-Africana é um dos países do continente que possui as maiores reservas de diamantes. A proclamação da sua independência ocorreu no dia 13 de agosto de 1960. Desde então, tem um dos casos mais contundentes de golpes de estado, talvez não pela sua frequência, mas pela forma como são geradas, causando uma sensação de jogo xadrez nos observadores da governabilidade do país. Podemos começar com o primeiro caso: após a independência, David Dacko tornou-se, em 14 de agosto de 1960, o primeiro Presidente da República tendo sido nomeado oficialmente como Presidente da República Centro-Africana no dia 12 de dezembro de 1960. É importante recordar que a sua estadia no poder seria inicialmente de forma provisória e que contou com o apoio da França contra o seu rival, Abel Goumba.

Dacko começou a consolidar o seu poder logo após assumir funções em 1960. Na qualidade de Chefe de Estado, tomou decisões, tais como rever a Constituição, transformou

o seu governo num sistema presidencialista⁹, com mandato de sete anos, já que antes da independência havia um sistema semipresidencialista¹⁰, incorporado pela antiga metrópole. Transformou o sistema de partidos¹¹, criando um Estado de partido único com uma Presidência forte. Em 5 de janeiro de 1964, Dacko foi eleito presidente, eleição em que foi o único candidato. Durante esse período, vivia um dilema: por um lado, precisava de manter o apoio da França; por outro lado, não desejava ter uma relação de subordinação com este país. Queria tomar decisões em prol dos interesses nacionais, mas a administração não se desenvolveu da forma que ele pretendia. Queria envolver o povo em geral. Por isso, durante o seu primeiro mandato como presidente, Dacko aumentou significativamente a produção de diamantes no país, eliminando o monopólio de mineração nas mãos das empresas de concessão, e decretando, assim, que qualquer centro-africano poderia explorar diamantes. Também conseguiu construir uma fábrica de lapidação de diamantes na capital, Bangui. Desta forma, os diamantes tornaram-se o produto de exportação mais importante. Promoveu, também, uma rápida “central africanização” da administração do país, que infelizmente deu lugar ao aumento da corrupção e à ineficiência da mesma. Também alargou o número de funcionários públicos, o que implicou um acréscimo nas despesas no orçamento nacional.

David Dacko estava entusiasmado com a inclusão da maior quantidade dos centros africanos para serem protagonistas e beneficiários dos recursos naturais do país. Todavia, não fez a melhor escolha de método de administração. Estes acontecimentos eram previsíveis, por se tratar de um novo Estado à procura de uma definição própria. O que não foi previsível pela França foi o fracasso da administração pública. Para alcançar fontes alternativas de apoio e fortificar a independência na esfera internacional, David Dacko fomentou uma maior relação com a República Popular de China. Essa decisão, juntamente com a má administração, teve como consequência que o seu mandato foi interrompido por um golpe do general Jean-Bédél Bokassa (Bonacina, 2018, p.26).

Bokassa foi o segundo presidente da República Centro-Africana, que ascendeu ao poder pela via de golpe de estado no ano de 1965. Para compreender como chegou à presidência, é preciso questionar: quem foi Jean-Bédél Bokassa?

Nos tempos coloniais, era capitão da armada francesa e lutou pelo exército francês na Indochina (Bonacina, 2018, p. 29). O facto de ser um ex-combatente permitia-lhe conhecer

⁹ Sistema presidencialista é uma forma de governo caracterizada pelo papel preponderante do Presidente da República, figura que é eleita de forma directa ou indirecta, pelo povo. Nestes casos, o governo é dirigido pelo Presidente da República, acumulando então as funções de Chefia de Estado com a Chefia do Governo.

¹⁰ Sistema semi-presidencialista é uma forma de governo caracterizada pela repartição de poderes entre o Presidente da República e a Assembleia da República, face ao governo. A eleição do presidente é por via de um sufrágio directo, que o coloca em pé de igualdade com o Parlamento.

¹¹ Sistema de partidos refere-se ao número de partidos a operar num determinado sistema político. O conceito refere-se também às interacções entre partidos e a sociedade em geral e aos padrões de competição ou falta dela, entre os próprios partidos.

o país, aspeto prioritário para a antiga metrópole, pois esse conhecimento implicava o conhecimento quer da grande reserva de recursos naturais, quer dos fins geoestratégicos. Um estado que se encontra no centro do continente justificou a intenção de manter uma base militar francesa, para poder intervir rapidamente em qualquer parte do continente.

Bokassa foi sempre alvo de um tratamento privilegiado pelos antigos colonizadores, e mantinha uma relação confidencial com Valéry Giscard, o Ministro das Finanças francês, que deu sempre a sua aprovação às decisões do presidente africano. Como é habitual nos Chefes de Estados africanos que chegam ao poder através de golpe de estado, o novo mandatário alterou a constituição e declarou que Centro-África deixaria de ser uma república e se transformaria num império. Ele mesmo autoatribuiu-se o título imperador Bokassa I no ano de 1977. Na cerimónia estiveram presentes altas personalidades do governo francês. O novo imperador africano admirava Napoleão e tinha o objetivo de ampliar o seu império a outros estados da região.

O que realmente criou uma rutura nas relações com a França foi o facto de ele ter iniciado uma relação com Muammar Gaddafi. As discrepâncias impulsionaram a relação entre o Imperador e Muammar Gaddafi, que na altura estava em guerra política contra a França por causa do Chade, um país que partilha fronteira com a Líbia. Esta relação acentuou as desavenças bilaterais, porque a grande prioridade da França foi sempre a de estabelecer uma sede militar no coração do continente, na República Centro-Africana. A sua localização geoestratégica permite que, em caso de ameaça, possa intervir militarmente em qualquer parte do continente, razão pela qual Paris reagiu, tomando a decisão de destituir o Imperador e Chefe de Estado. Tinha de escolher um novo político nativo que continuasse a defender os interesses franceses. Havia três candidatos fortes para tomar o lugar de Bokassa: David Dacko, François Bozize e Ange Félix Patassé. Todos eles viviam em França. David Dacko foi escolhido que já tinha sido Presidente. A estratégia de mudar o poder político foi simples e sem violência: enquanto o Imperador Bokassa se encontrava numa viagem de visita à Líbia, aproveitaram para o depor e entronizar David Dacko na capital, Bangui, no dia 20 de setembro de 1979. Este foi recebido pelos serviços secretos franceses, escoltado por um grupo de militares franceses e conduzido diretamente ao Palácio Presidencial. No mesmo dia, foi anunciada a instauração da República, com um novo Presidente e o fim do Império Bokassa. Esta estratégia foi intitulada “Operação Barracuda” (Smith, 2015, p.52; Lusa, 2019).

Após um mês, o ex-imperador Bokassa mostrou o seu descontentamento, revelando os motivos que o levaram a ter um tratamento preferencial pela França. Escolheu o jornal francês *Le Canard Enchaîné* no ano de 1979, onde escreveu um artigo e adjuntou um documento original, assinado por si e Valéry Giscard, na altura Ministro das Finanças. O documento revelava que no ano 1963 houve tráfico de diamantes entre os dois (Chaiche upTV, 2012).

Em março de 1981, Dacko foi novamente eleito Presidente da República para um mandato constitucional de seis anos, compreendidos entre 1981-1987. Dacko era visto por muitos centro-africanos como um “fantoche” da França e o seu direito à presidência foi contestado, em particular, por um ex-primeiro-ministro de Bokassa, Ange-Félix Patassé. Além de pertencer ao grupo étnico maioritário do país, os Gbaya, este mantinha laços de vizinhança e parentesco com outros grupos étnicos. Era o político mais popular do país. A popularidade de Patassé e a fraca capacidade de Dacko de agradar ao seu povo conduziram a um terceiro golpe de estado.

No dia 1 de setembro de 1981, Dacko foi deposto pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, general André Kolingba. Este pode ter contado com o apoio de seguranças franceses, suspeitos de terem agido sem autorização do governo liderado pelo presidente Mitterrand. Embora tais acusações nunca tenham sido comprovadas, Kolingba tinha uma relação próxima com a França e com a guarda presidencial comandada pelo coronel Manton. Dacko, por sua vez, não apenas escapou ileso, como também, anos depois, voltou à política liderando um partido de oposição ao do general Kolingba, e participando nas eleições presidenciais de 1993, em que obteve 20,10% dos votos. (Smith, 2015).

Kolingba manteve-se no poder de 1 de setembro de 1981 até 22 de outubro de 1993. Após esse mandato, deixou o poder a Ange-Félix Patassé. Embora tenha chegado ao poder através dum golpe de Estado, Kolingba foi o primeiro presidente que conseguiu completar o seu mandato e ceder o seu poder, mas isso não significou o início da estabilidade política no estado centro-africano.

O novo Chefe de Estado, Ange-Félix Patassé, alcança o poder por via de eleições livres no ano de 1993, governando até ao ano de 1999. Durante a sua governação, ocorreram três distúrbios militares. Em 1996-1997, aumentou a tensão entre os chamados nortistas (como Patassé) e sulistas (como seu antecessor Kolingba). Esses confrontos destruíram prédios ministeriais e provocaram conflitos étnicos. Foram necessários mediadores estrangeiros e tropas em missão de paz para negociar Acordos de Paz entre Patassé e os amotinados. A fim de manter a lei e a ordem, a França interveio para reforçar o seu apoio ao presidente Patassé. Apesar da situação hostil, Patassé conseguiu um segundo mandato.

Durante o seu segundo mandato, de 1999 a 2005, houve um golpe de estado falhado no ano 2002. O General François Bozizé era suspeito de estar envolvido, mas quando Patassé tentou prender Bozizé, o General deixou o país, com uma parte do exército, em direção ao Chade (Bonacina, 2018, p. 36).

No dia 15 de março do ano 2003, enquanto Patassé se encontrava no exterior, o general Bozizé protagonizou um golpe de estado e autoproclamou-se presidente. Após se estabelecer no poder, Bozizé convocou eleições para a primavera de 2005, nas quais os candidatos do Movimento para a Libertação do Povo do Centro África Central (MLPC)

puderam participar sob uma nova liderança, já que Patassé permaneceu exilado no Togo e não liderou mais o partido. Essas eleições foram ganhas por François Bozize, apesar das denúncias de fraude feitas pela oposição. Em 2011, Bozize volta a ganhar as eleições e, desta vez, com maioria absoluta, um governo ilegítimo para os seus compatriotas. Contudo, apesar da manifesta ilegitimidade de seu regime, foi reconhecido como presidente pela comunidade internacional e pela ONU.

Em 24 de março de 2013, ocorreu mais um golpe de estado protagonizado pela coligação de insurgente Séléka¹². Bozizé fugiu para a República Democrática do Congo. Após a ocupação do Palácio Presidencial por Séléka, o país caiu no caos e na guerra civil (Smth, 2015).

A reflexão desta secção mostra que, num mesmo país, ao longo de 53 anos, houve 5 golpes de Estados diferentes, e após a guerra civil foram passando vários dirigentes que, devido à incapacidade de dar solução aos problemas do país, acabaram por desistir antes de completar o seu mandato. Até hoje o país continua sem ter uma verdadeira estabilidade política.

• **Burkina-Faso**

Em 1982, o presidente Ouédraogo estava a chegar ao fim do seu regime. No dia 4 de agosto do ano 1983, formou-se o Conselho Nacional da Revolução, que teve o jovem Thomas Sankara como seu presidente.

Sankara chega ao poder com a plena intenção de provocar mudanças no seu país, que já era um dos mais pobres do mundo, com uma taxa de mortalidade infantil estimada em 180 em 1000. A esperança média de vida era de 40 anos, a taxa de analfabetismo de 98%, a taxa de escolarização de 16%. O novo Chefe de Estado empenhou-se na criação de uma revolução política, económica, social e cultural.

Uma das suas primeiras medidas foi estabelecer uma nova divisão político-administrativa em 30 províncias, dirigidas por altos-comissários, e 250 departamentos, administrados por presidentes. Para impulsionar a descentralização no país, o governo local foi dividido entre distritos e vilas. Foram também implementados os chamados Comitês de Defesa da Revolução (CDR), inspirados no modelo cubano. Tratava-se de comitês populares que assumiram inúmeras responsabilidades, como a formação política, o saneamento dos bairros, a segurança pública, o desenvolvimento da produção, do consumo de produtos locais, a participação no controle orçamental nos ministérios, entre outras.

¹²Trata-se de uma coalizão formada em 2012 de partidos políticos e forças rebeldes opostas ao Presidente da República Centro-Africana, François Bozizé. É composta em parte por mercenários chadianos, líbios e sudaneses. A Seleka é caracterizada por ser uma coligação étnica de carácter religioso muçulmano num país cuja população é 80% cristã.

O jovem presidente de apenas 33 anos admirava a revolução cubana e os seus protagonistas. Esta influência levou-o a pôr em prática os seus ideais. Assumiu-se como anti-imperialista e abertamente oposto ao sistema neocolonial francês. Chegou até a dizê-lo bem alto perante o Chefe de Estado francês, François Mitterrand, em novembro de 1986, numa visita do presidente a Ouagadugu,¹³ a capital do Burkina-Faso. De facto, tratou-se de uma caminhada política consciente e metodicamente construída e assumida. Sankara não se ficou apenas pelos grandes discursos, procurou também pôr em prática o conteúdo das suas palavras, a saber, a criação de uma nova sociedade no continente africano. Por exemplo, proclamou a mudança do nome do seu país de Alto Volta para Burkina Faso (um misto de duas línguas nacionais, nomeadamente as línguas moré e jula, nome que significava “país de gente íntegra”). Esta mudança simbolizava um novo processo político e a vontade de se libertarem de um símbolo identitário carregado de significado colonial. Sob a sua autoridade, iniciaram-se mudanças profundas em todos os domínios. Foi o caso da reforma de uma estrutura económica oriunda da época colonial e, portanto, fundamentalmente agrária (produzindo e exportando matérias-primas, essencialmente o algodão, sem a sua transformação local de modo a criar uma indústria nacional), assim como a reforma ou supressão de certas tradições que contribuíam de forma indireta como obstáculos para alcançar uma emancipação social global, tais como as que consagravam a subalternização e infantilização social das mulheres ou obstruíam o desenvolvimento socioeconómico do país (Sankara, 2020, p.14)

Para além de mudar o nome do seu país, Sankara criou uma nova bandeira com as cores do pan-africanismo¹⁴ e disse o seguinte: “A nossa bandeira tem as cores verde, vermelho e amarelo, só não tem a cor preta, porque nós mesmos já somos negros e estamos em África” (Sankara, 2020, p.14). Também incrementou a alfabetização do país. Tinha um diálogo aberto com o seu povo, implementou uma indústria têxtil no seu país, o que se traduziu numa população orgulhosa de vestir a roupa que simboliza o seu suor e o trabalho. Procurou também diminuir as importações de bens alimentares e incrementar o consumo próprio. Como conseguiu atingir tais objetivos em tão poucos anos?

Deu prioridade as mulheres do seu país, as quais foram as grandes impulsionadoras da economia de Burkina Faso.

¹³ Ouagadugu é a capital do Burquina Faso.

¹⁴A ideologia pan-africanista surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência de uma origem comum entre os negros do Caribe e dos Estados Unidos. Ambos estavam envolvidos numa luta semelhante contra a violenta segregação racial. Essa solidariedade que marcou a segunda metade do séc. XIX propôs a união de todos os povos de África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional.

O termo pan-africanismo foi cunhado por Sylvester Willians, advogado negro de Trinidad, por ocasião de uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres, em 1900. Willians levantava a sua voz contra a expropriação das terras dos negros sul-africanos pelos europeus e reclamava o direito dos negros à sua própria personalidade.

Num discurso sobre a orientação política, Sankara disse o seguinte ao referir-se às mulheres: “Ela [a mulher] estará associada a todas as batalhas que teremos que empreender contra os vários obstáculos da sociedade neocolonial e pela construção duma nova sociedade, estará associada a todos os níveis de conceção, de decisão e de execução na organização da vida de toda a nação” (Sankara, 2020, p.78). Para emancipar a mulher, criou a União das Mulheres de Burkina Faso (UFB). Esta organização é considerada uma grande conquista, porque permitiu a criação de uma estrutura e meios seguros para as mulheres poderem envolver-se na luta pela transformação social.

Durante três anos a revolução focou-se na eliminação progressiva das práticas degradantes para as mulheres, como a prostituição, a vadiagem, o casamento forçado, a mutilação genital feminina e as condições de vida particularmente difíceis para elas. Sankara conseguiu resolver o problema de abastecimento da água em todos os lugares, contribuiu para a instalação de moinhos nas aldeias, implementou fogões modernos, criou creches populares, tornou a vacinação uma prática comum e necessária, incentivou a alimentação saudável, abundante e variada. Todas essas vitórias foram para libertar as mulheres das tarefas habituais e permitir que se envolvessem na ajuda à soberania política, económica e social do país. Afirmou-se sempre como um agente económico de primeiro plano, incentivando a produção e consumo de produtos locais. Uma das frases mais recordadas do presidente foi proferida na Assembleia das Nações Unidas no dia 4 de outubro de 1984: “É claro que nenhum país é autossuficiente, mas também é claro que nós incentivamos ajudas que nos ajudem a não precisar mais de ajuda” (Sankara, 2020, p.96). Todos os seus discursos e frases tinham um único propósito converter o seu país num exemplo e referência, não só em África, mas também no “Terceiro Mundo”.

Sankara lutou arduamente contra a corrupção e até conseguiu diminuí-la. Um dos acontecimentos mais notáveis foi ter diminuído o seu salário e o dos seus governantes. Também vendeu a frota de veículos oficiais Mercedes Benz, incluindo o automóvel presidencial, e substituiu-os por modelos Renault 5, o carro mais barato vendido no país. Dizia “Sou um presidente pobre, dum país pobre” (Carlinhoutopia, 2013). Mostrava de forma clara que ele, como Chefe de Estado, devia dar o exemplo. Estas decisões tomadas no país começaram a traduzir-se em melhorias económicas, sociais e políticas. Mas a independência total do seu país requeria também resolver a questão monetária, o Franco CFA. Apesar de todo o esforço do povo em transformar a economia do Burkina Faso, havia certas esferas que não davam tanto lucro para investir em áreas chave, tais como a industrialização e a agricultura. A moeda local não tinha uma correlação com a produção local. Os factos de os países que a usavam serem obrigados a depositar em França parte das suas divisas não permitia, segundo o jovem presidente, que o seu país fosse livre.

Em julho de 1987, em Adis Abeba, na cimeira dos chefes de Estado da Organização da Unidade Africana (OUA), Sankara abordou a questão da dívida externa. Propôs uma recusa conjunta, solidária, do pagamento da dívida para com os organismos financeiros e parceiros

internacionais. Teve sempre consciência dos seus atos. Avisou “se o pagamento for individual, seremos assassinados”, antes de rematar com vigor: “Se o Burkina Faso recusar sozinho pagar a dívida, não estarei aqui na próxima conferência” (Sankara, 2020, p.103). Pouco mais de dois meses depois, no dia 15 de outubro de 1987, a profecia estava cumprida “Sankara foi Assassinado” (Sankara, 2020, p. 15).

A morte de um presidente que simbolizava a esperança da sua nação, sem poder completar o seu primeiro mandato, que vigorou de 1983 até 1987, e cuja liderança política mostrou que era possível conseguir uma autodeterminação económica, indicava que o país estava em pleno voo para uma melhoria. Parou, infelizmente, em plena fase de decolagem. A morte de Sankara pôs termo à experiência revolucionária e ao sonho duma verdadeira independência para o povo burquinense.

O motivo que explica a morte de Sankara não é, como noutros casos, as matérias-primas, mas sim o perigo de contágio na África francófona do seu questionamento da política “Françafrique”. Dito de outra maneira, era o medo do impulso duma nova luta de libertação face a um processo político literalmente parado.

• Guiné-Conakry

Após a eleição do Sekou Touré como primeiro presidente da República da Guiné, houve várias tentativas de golpes fracassados, comandados pela França e pela Alemanha. O clima de governação do presidente Sekou Touré tornou-se instável devido a várias tentativas de golpes, assassinatos (1968) ou invasões no território guineense. O chefe de Estado decretava prisões com a pena máxima, o que enfraqueceu o apoio popular. Por exemplo: em novembro de 1970, Portugal invadiu a costa guineense na chamada Operação Mar Verde¹⁵, Touré condenou à morte 58 cúmplices da invasão que ajudaram a invadir o país vizinho (Hinkeldey, 2011, p. 143, Toure, 1971, p.26). Após a morte de Touré, em 1984, uma junta militar encabeçada pelo coronel Lassana Conté tomou o poder a 3 de abril de 1984 por meio dum golpe de estado.

Lassana Conté governou o país desde então até 23 de dezembro de 2008, data da sua morte, vítima dum golpe de estado protagonizado pelo capitão do exército da Guiné, Moussa Dadis Camará, que foi proclamado Presidente da República, função que desempenhou até 2010. Neste ano, organizaram-se eleições que foram consideradas as primeiras realmente democráticas, segundo a comunidade internacional (Schutzer, 2012, p.117). Alpha Condé, que já tinha concorrido em várias eleições como representante do

¹⁵A Operação Mar Verde foi uma operação militar planeada pelas Forças Armadas Portuguesas e realizada em 22 de novembro de 1970 no curso da Guerra Colonial Portuguesa na Guiné-Bissau. Foi concebida e executada pelo fuzileiro capitão-tenente Alpoim Calvão, responsável pelo Centro de Operações Especiais da Guiné-Bissau, com o apoio do brigadeiro António de Spínola, que era o governante militar deste território.

partido político *Rassemblement du peuple de Guiné* (RPG), foi o vencedor. Os períodos democráticos foram marcados pela presença de situações violentas, provocadas por questões étnicas. Como os restantes estados africanos, a Guiné-Conakry enfrentava o problema da falta de unidade social por ter uma população multiétnica e sobretudo por serem etnias que se envolveram em múltiplos confrontos durante as migrações précoloniais. (Schutzer, 2012, p.129) Tal implicava que, nas eleições, os cidadãos não tivessem em conta as propostas políticas, sociais e económicas dos candidatos para resolver os inúmeros problemas. As questões que se destacavam na escolha da governação eram duas: a questão étnica e a questão da religião do candidato.

No dia 19 de julho de 2011, a residência de Alpha Condé foi invadida por um grupo armado, que fez explodir o portão com um lança-foguetes e atacou partes da casa a tiro. O presidente saiu ileso por causa da intervenção dos guardas (Schutzer, 2012, p.138). Também houve confrontos entre cidadãos, de que resultaram várias mortes, os quais estavam diretamente relacionados com conflitos étnicos, entre a etnia mandinga e a fula. Conde era mandinga e o seu opositor, Selou Dalein Diallo, era fula. Nesse ambiente incerto, Condé foi proclamado presidente e, inclusive, renovou o seu mandato. Foi reeleito na primeira volta das eleições presidenciais de 2015, com 58% dos votos.

Em outubro de 2020, foi reeleito para um terceiro mandato, após uma eleição violenta, com dezenas de mortes em confrontos entre cidadãos e as forças policiais. A Constituição guineense estabelecia dois mandatos como limite, mas Condé promoveu uma reforma constitucional, permitindo-lhe candidatar-se novamente. O facto de o presidente renovar o seu mandato pela terceira vez agravou ainda mais as tensões sociais, e a inércia provocou protestos e gerou insegurança, culminando num golpe de estado.

Em 5 setembro de 2021, um grupo de militares liderados pelo tenente-coronel Mamady Doumbouya, chefe das Forças Especiais do Exército de Guiné, realizou um golpe de estado no país, com intensos tiroteios na capital, Conakry. Capturaram e prenderam o presidente Alpha Condé (Chin, 2023).

- **Chade**

No século XIX, a França conquistou e colonizou o território que hoje é conhecido como a República do Chade, e incorporou-o na África Equatorial Francesa. Em 11 de agosto de 1960, foi proclamada a sua independência.

François Tombalbaye foi proclamado primeiro presidente do país. Este era um presidente cristão num país onde a maioria do povo é da religião islâmica. O Chade faz fronteira com 6 países diferentes e quase todos têm como religião oficial o islamismo. Em 1965, começam as revoltas contra as políticas do país, quando os muçulmanos da região norte iniciaram uma guerra civil. Em 1979, os rebeldes tomaram a capital do país e puseram

fim à hegemonia dos cristãos da região sul. Entretanto, comandantes rebeldes permaneceram em conflito constante até Hissène Habré se impor através dum golpe de estado.

Habré chegou ao poder com o apoio dos governos da França e dos Estados Unidos, que forneceram armas, ajuda financeira e treino militar para as suas tropas. Esse apoio despoletou o primeiro golpe. O seu mandato agravou os conflitos no interior do país, provocando centenas de mortes, bem como instabilidade social, política e económica. Nesse clima de insegurança total, surgiram rebeldes insurgentes que já tinham combatido contra o país vizinho, o Sudão, comandados pelo general Idriss Déby. Instalaram-se na capital, provocando um golpe de estado em 1990. O presidente Habré saiu do país e refugiou-se no Senegal.

Podemos também mencionar golpes de estado como o do Mali, que abordaremos no próximo capítulo, ou o golpe no Congo Brazaville em 1968, levado a cabo por Marien Ngouabi, ou o caso daquele que pode ser considerado o período mais instável que um país africano poderia ter tido, quando, após a sua independência, o Benim registou um total de oito golpes de estado consecutivos entre 1960-1972, cinco golpes executados e três tentativas de golpe (Ahannougbe, 2018, p. 32).

1.2. Influência Económica

Para compreender o panorama económico dos Estados africanos francófonos, ou seja, as ex-colónias francesas, é pertinente analisar as atividades económicas na época colonial que a metrópole realizava nos territórios africanos. Após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ser chamados territórios ultramarinos, uma forma de amenizar o conceito e as relações que existiam entre colonizadores e colonizados. Nesse período, no campo económico, o estado francês criou certos mecanismos para agrupar todas as suas províncias ultramarinas sob uma única tutela monetária. Criou, como dissemos, duas grandes "federações" estatais a Federação África Ocidental Francesa e a Federação Francesa da África Equatorial (Ahannougbe, 2018, p. 30).

A primeira abrangia todos os territórios que compunham o deserto do Sahel até ao Togo; a outra incluía o Chade até ao Congo Brazzaville, e finalmente os territórios das Ilhas Comores. Esses territórios somam milhares de quilómetros, sob uma única moeda, a chamada zona franco. Aqui serão construídas as bases das organizações ou comunidades económicas da África francófona e, sobretudo, as bases das relações económicas entre os futuros Estados que se vão desassociar do “jogo” colonial francês. Foi assim que, com base nas federações coloniais criadas apenas com o interesse francês em vista, todos os territórios que faziam parte da África Ocidental Francesa, após a suas independências, passaram a formar o bloco económico denominado União Económica e Monetária do Oeste Africano

(UEMOA). Da mesma forma, os territórios ultramarinos que faziam parte da Federação Francesa da África Equatorial, após as independências, passaram inserir-se na Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) (Ahannougbe, 2018, p. 30)

1.2.1. UEMOA ou UEMAO

A união Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) é uma organização de oito Estados, principalmente francófonos, da África Ocidental dentro da CEDEAO¹⁶, anteriormente denominada Colónias Francesas da África Ocidental. Este organismo foi estabelecido para promover a integração económica entre os países que partilham como moeda comum o Franco CFA. A UEMOA foi criada por um tratado assinado em Dakar, capital do Senegal, em 10 de janeiro de 1994, pelos chefes de estado e de governo de Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo (Fernandes, 2012, p.49). Apesar de ser ex-colónia portuguesa, a Guiné-Bissau tornou-se, em 2 de maio de 1997, o oitavo estado-membro (e único não francófono) da organização.

A UEMOA é uma união aduaneira e monetária entre os Estados membros. Os seus objetivos incluem:

- Além da racionalização e harmonização do ambiente jurídico, maior competitividade económica, por meio da abertura de mercados e da convergência de políticas e indicadores macroeconómicos.
- A criação de um mercado comum.
- A coordenação das políticas sectoriais.
- A harmonização das políticas fiscais

Entre as suas realizações, a UEMOA implementou com sucesso critérios de convergência macroeconómica e um mecanismo de vigilância eficaz. Adotou uma união aduaneira e uma tarifa externa comum, além de iniciar políticas regionais estruturais e sectoriais (Bankole, 2020, p.23)

1.2.2. CEMAC

A Comunidade Económica e Monetária da África Central, CEMAC, é uma organização internacional regional do continente africano. Os seus estados membros pertenceram a grande administração colonial África Equatorial Francesa (Ahannougbe, 2018, p. 30). Mesmo sendo independentes, aproveitaram as relações já existentes, estabelecidas desde os tempos coloniais. O tratado que a constituiu foi assinado em 16 de março de 1994, em N'djamena, capital do Chade (Bankole, 2020, p.24).

¹⁶CEDEAO. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (em inglês: Economic Community of West African States, ECOWAS; em francês: Communauté Économique des États de l'Afrique de l'Ouest, CEDEAO), cujo acrónimo é CEDEAO, é a organização de integração regional que engloba quinze países da África Ocidental.

Os membros da CEMAC são ex-colónias francesas da zona equatorial do continente negro, tais como: Camarões, Congo Brazzaville, Gabão, República do Chade e a República Centro-Africana. No ano de 1984, a Guiné Equatorial foi aceite como membro de pleno direito, apesar de ter tido um passado muito alheio ao dos restantes componentes. O país foi colónia espanhola e é o único país hispânico do continente. Após ser aceite como membro a Guiné Equatorial aceitou a condição de adotar o francês como segunda língua oficial (Bankole, 2020, p.16).

Os seus objetivos são:

- Aumentar as trocas comerciais.
- Permitir a livre circulação de pessoas.
- Desenvolver as infraestruturas básicas como transporte, energia...etc.
- Combater a crise alimentar.
- Combater as adversidades nas relações multilaterais entre esses Estados e os outros Estados alheios à comunidade.

Um dos objetivos mais importantes é o combate à pirataria marítima do Golfo da Guiné, pois afeta a atividade económica dos membros.

A comunidade é, no entanto, um prolongamento da União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC), constituída em 8 de dezembro de 1964 (na altura, a Guiné Equatorial não fazia parte, porque o país ainda não tinha alcançado a independência).

A UEMOA e a CEMAC funcionam de um modo harmonioso. Por isso, vamos debruçar-nos sobre os dois bancos centrais: o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco dos Estados da África Central (BEAC).

1.2.1.3. Os bancos centrais BCEAO e BEAC

O BCEAO é uma instituição pública internacional que reúne os sete países francófonos da África Ocidental e a Guiné-Bissau, os oito Estados que são membros da UEMOA. Por outro lado, o BEAC é uma instituição pública que abrange os cinco Estados Francófonos da África Equatorial, mais a Guiné Equatorial. É também o banco central da República Federal Islâmica das Comores (BCC) (Bankole, 2020, p.19).

Os bancos centrais emitem a moeda comum, sendo os verdadeiros órgãos de implementação dos acordos monetários franco-africanos. As suas operações são quase idênticas. Os bancos centrais compreendem essencialmente um conselho de administração, um governador e comités monetários herdados do sistema colonial francês. Com a criação de algumas superestruturas de alto perfil (Conferência de Chefes de Estado e Conselho de Ministros), os dirigentes africanos estão constantemente a proclamar, desde 1973, de forma ostensiva, a africanização dos seus Bancos Centrais, até então geridos e controlados essencialmente pelos franceses. Por isso, tem havido a redução do número de funcionários

franceses no Conselho de Administração a favor do recrutamento de alguns representantes africanos.

Os Bancos Centrais Africanos são administrados por um Conselho de Administração (C.A) composto por:

- No BEAC: 13 Administradores, três para a República Francesa.
- No BECEAO: 16 Administradores, dois por país, participantes na gestão do Banco. Para a representação francesa, dois administradores, nomeados pelo governo francês. Têm as mesmas condições e as mesmas atribuições que os Administradores nomeados pelos Estados membros da união.
- No BCC: 8 Administradores, incluindo quatro franceses, nomeados para um mandato renovável de quatro anos (Bankole, 2020, p.20; Agbohohou, 2020, p.32; Fernandes, 2012, p.50).

Recorde-se que, antes da reforma de 1973, havia oito representantes franceses e oito africanos no conselho do BEAC, e sete representantes franceses e catorze africanos no conselho do BECEAO. Exceto nas Ilhas Comores, o número dos representantes franceses nas CA foi reduzido, mas essa redução do pessoal francês tornou-se necessária na África Ocidental e Central para tornar o forte domínio francês da economia africana menos visível para a população, em particular para a elite esclarecida (Agbohohou, 2020, p. 32)

Os estatutos de três bancos centrais institucionalizam o direito da França de escrutínio sobre os bancos centrais africanos (e, portanto, sobre as economias locais). Nos Conselhos em que estão presentes os franceses, estes são investidos de amplos poderes para a administração dos bancos.

O Conselho de Administração (CA) do BEAC delibera quando estão presentes ou representados, pelo menos, um administrador por Estado Membro e um administrador francês. Isso significa que é suficiente para a França praticar a política da cadeira vazia para bloquear todos os assuntos dos sete países membros do BEAC, que, imagine-se, não têm direito de inspeção. Esta submissão voluntária dos dirigentes africanos à França é também reivindicada e solenemente proclamada pelo BCEAO, pois as modificações dos seus próprios estatutos devem obter a unanimidade dos membros do CA. No entanto, neste CA sentam-se dois franceses, cuja recusa é suficiente para manter o *status quo* e para perpetuar a ordem monetária e jurídico-financeira colonial imposta aos Estados africanos da UEMOA. As decisões do CA são tomadas por maioria simples.

No entanto, a regra da unanimidade (francesa) entra em jogo quando se trata de tomar decisões de capital. Ora, ao exigir a sua anuência prévia à negociação sobre o capital a França

controla, de facto, o processo de criação monetária nos Países africanos da zona franco PAZF¹⁷ (Agbohhou, 2020, p.34).

O direito de dever francês também é exercido durante a nomeação do Governador do BEAC. Porque o Governador é nomeado por unanimidade pelo CA, por proposta do Governo gabonês após aprovação pelos outros Governos dos Estados-Membros e da França. Isso significa que é a França quem nomeia o Governador, um africano empenhado na sua causa e pronto para fazer o trabalho sujo de "colaborador" na organização metódica dos desastres económicos contra os povos africanos: o Governador aplica as decisões do Conselho de Administração.

A distribuição do valor total do crédito concedido aos países membros é realizada pelos Comitês Nacionais de Crédito, cujas regras se aplicam aos Comitês Nacionais de Crédito no exercício de sua competência.

Qualquer decisão dos Comitês Monetários Nacionais que seja considerada contrária ao regime orgânico ou às diretivas do Conselho de Administração, ou que ponha em causa a moeda da zona de emissão ou a solidariedade dos Estados membros, pode ser suspensa e remetida para o Conselho de Administração para os seus membros tomarem a decisão final. No entanto, um desses censores é francês, e a prática mostra que é a opinião do censor francês que é respeitada. A França, portanto, exerce seu direito de veto a qualquer momento. Isto significa que o CA tem o poder de rever as decisões dos Comitês Nacionais de Crédito que contrariem as disposições dos estatutos do BCEAO e as regras gerais para o exercício de sua jurisdição estabelecidas pelo CA. Qualquer funcionário africano dos Comitês Nacionais só pode executar, sob pena de graves sanções, a política monetária e creditícia ditada pela França a partir do centro nevrálgico do Banco Central Africano, que é o seu Conselho de Administração, e para assegurar a execução integral da política económica de baixa industrialização e subdesenvolvimento imposta aos africanos, com a colaboração dos mandatários locais. A França exerce seu controle direto sobre os Comitês Nacionais de Crédito onde está representada qualitativamente. (Agbohhou, 2020, p.35)

É evidente o estrangulamento da França sobre as economias dos PAZF, sem uma política monetária ou de crédito independente.

A representação francesa é mais importante no Comitê Monetário Nacional dos Estados membros do BEAC: o(s) Administrador(es) do Banco Central e seus suplentes, três personalidades nomeadas pelo Governo do Estado. O Governador e dois censores, um dos quais é francês, participam nas reuniões a título consultivo. O Conselho de Administração do BEAC inclui três administradores franceses. Cada administrador tem um suplente francês, cujo número aumenta para quatro durante as reuniões deste órgão com a presença

¹⁷ PAZF. Países africanos da zona franco.

estatutária dum censor francês. Esses censores garantem o controle das contas do BEAC, a regularidade das operações e a execução do orçamento.

O mesmo papel de vigilância e controle é desempenhado no BCEAO pelos Controladores Nacionais, que não podem impedir a França de obter lucros gigantescos. Os estatutos dos Bancos Centrais Africanos conferem, aliás, uma prioridade face ao objetivo de desenvolvimento socioeconómico africano prometido nos acordos monetários franco-africanos suscitados (Agboh, 2020, p.36)

Assim definido, é deduzido 15% para a reserva compulsória. Esta dedução deixa de ser obrigatória assim que atinge metade do capital, mas retoma o seu curso se esta proporção deixa de ser atingida. A outra metade pode ser distribuída pelos Tesouros Públicos dos estados membros. Os estatutos não obrigam o Banco Central a pagar o remanescente hipotético dos lucros aos Tesouros dos estados africanos, incluindo sujeição monetária à França. Estes Estados, não só dificilmente recebem dividendos significativos, como, além disso, isentam o Banco Central do pagamento de impostos de toda a espécie:

“A República Francesa reconhece ao BCEAO para os seus estabelecimentos e operações no seu território as imunidades, privilégios e isenções fiscais que são reconhecidos pelos Estados membros da União Monetária e especificados pelos artigos 4 e 62 dos estatutos do Banco Central”¹⁸ (Agboh, 2020, p.37)

Recorde-se que este artigo 62.º do BCEAO estipula que "pela sua natureza internacional e para assegurar uma justa distribuição dos lucros da sua atividade, o BC, os seus bens, rendimentos, bem como as operações e as transformações a que for autorizada por estes estatutos, ficam isentos de todos os impostos, taxas e tributos que incidirem nos Estados da União ou nas autoridades públicas a eles subordinadas”.

Em suma, durante a conclusão dos acordos monetários franco-africanos, as assinaturas afirmavam que *"estas instituições monetárias comuns, apoiadas pela assistência da República Francesa, são a maior contribuição para o financiamento do desenvolvimento dos Estados da União Monetária"*¹⁹ (Agboh, 2020, p.37)

O estudo sumário das instituições revela claramente que este desejo duma grande contribuição para o financiamento do desenvolvimento é apenas um sonho, uma vez que todas as medidas legais foram tomadas em benefício do país europeu para a acumulação de lucros exorbitantes, para a perpetuação da velha ordem e pelo empobrecimento e dominação

¹⁸Artigo 11 do acordo de cooperação monetária entre a França e os Estados da UMOA. O artigo do BCEAO reconhece 2 o estatuto, imunidades e privilégios das instituições financeiras internacionais, no território dos Estados membros).

¹⁹ Preâmbulo do acordo de cooperação monetária entre a França e os Estados da UEMOA

metódica da África; e isso com a colaboração de alguns mandatários africanos, treinados por ela no espírito da ordenação de 1945 iniciada pelo general De Gaulle.

Enquanto os países anteriormente colonizados da Ásia e de outros lugares conquistam todos os dias uma vitória retumbante sobre o subdesenvolvimento, porque souberam romper os laços coloniais que paralisavam o seu génio inventivo, África, e particularmente a África francesa, permanece atrás, apesar da sua imensa riqueza natural e humana. Não poderia descolar economicamente dessa fictícia independência que o general De Gaulle lhes concedeu, transformando a colonização "em contrato" ou em cooperação monetária que apenas legitimava e tornava permanente a presença da França em todos os centros estratégicos de decisões económicas dos PAZF.

De facto, muitos estudos económicos já demonstraram que a zona do franco, inventada pelo general De Gaulle, no interesse superior dos franceses, é feita para perpetuar o empobrecimento meticuloso e o atraso socioeconómico, dos povos da África negra. De Gaulle nunca quis independência política para os africanos, porque, como afirmou o presidente Mitterrand: *"É uma grande decepção fazer as pessoas acreditarem, como algumas pessoas fazem hoje, que De Gaulle permitiu a descolonização da África. Quando ouço o hino da descolonização gaullista, realmente tenho muito no meu coração. A conferência de Brazaville não é o grande ato de emancipação dos africanos. Enquanto os britânicos aceitavam a emancipação total das suas colónias na África, os holandeses também acelerariam a independência da Indonésia em 1941. Todas essas ex-colónias se tornaram livres e soberanas, De Gaulle nunca sonhou com a emancipação e o autogoverno das suas colónias, ele não tinha visão sobre a África, era apenas pura propaganda, devido às pressões da política externa"* (Agbohohou, 2020, p. 38),

1.2.2 Os princípios da zona franco

É um erro expor a política franco-africana, em geral, sem abordar o problema da moeda CFA da França. É a partir dele que se entende a presença francesa em África, os fatores políticos, bem como a instabilidade social e económica dos países. Explicamos, por isso, os seus princípios e condições, a origem, a criação e, sobretudo as consequências da moeda Franco CFA.

São três os princípios que regem a cooperação financeira franco-africana, a saber:

- A livre conversibilidade das moedas africanas garantida pelo Tesouro francês
- A fixidade das paridades
- A liberdade absoluta de transferências.

Estes princípios, atualmente em vigor, foram desenvolvidos durante a época colonial com vista a satisfazer os interesses vitais da metrópole em detrimento dos países

ultramarinos colonizados (Agbohou, 2020, p. 40, Bankole, 2020, p. 21) A sobrevivência de tais princípios só poderia favorecer objetivamente o bloqueio socioeconómico dos países africanos francófonos, politicamente independentes, mas, que renunciaram à sua soberania monetária em benefício da França e da Europa. Uma análise detalhada destes três princípios da cooperação financeira franco-africana permite compreender melhor a lógica do subdesenvolvimento a que conduz esta ordem monetária iniciada por Paris e hoje assumida por toda a Comunidade Europeia.

1.2.2.1. A livre conversibilidade das moedas africanas garantida pelo tesouro francês

A conversibilidade do franco CFA com o franco francês é ilimitada. Desde a criação efetiva da moeda europeia em 1999, este mesmo princípio de livre convertibilidade pode ser considerado da seguinte forma: a convertibilidade do franco CFA com o euro é ilimitada (Agbohou, 2020, p. 40, Bankole, 2020, p. 22)

De acordo com este princípio, a moeda emitida pelas várias instituições emissoras da zona do franco é garantida sem limites pelo tesouro francês. Ou seja, o tesouro francês realiza a conversibilidade dos francos CFA, antigamente em francos franceses e hoje em euros, de forma gratuita e ilimitada. Consiste simplesmente em converter os francos CFA em euros, sujeito à cobrança de comissões substanciais. Essa conversibilidade tem certas vantagens.

O titular dos francos CFA pode anexar automaticamente todas as moedas fortes do mundo através dos francos franceses, que foram substituídos pelo euro desde 1999. Graças ao benefício desta garantia, o franco CFA é procurado por outros países africanos fora da zona, o que é um fator muito atrativo para o investimento direto estrangeiro em países africanos na zona franco.

É visível que, se consideramos estas duas vantagens, podemos afirmar que ter uma moeda que garante a conversibilidade para todas as moedas fortes do mundo ocidental seria a melhor escolha em comparação com a moeda local. Esta não garante uma conversibilidade similar. Também facilita a interação económica entre os detentores do franco CFA e as outras moedas, como euro e o dólar, e propicia alguns privilégios, como a prioridade de investimento nos países ocidentais. O embaixador francês Paul-Marc Henry declarou acerca do princípio da conversibilidade “*O crédito desta solidariedade franco-africana é sem precedentes, pois permite o notável desenvolvimento técnico de regiões inteiras que se tornaram produtivas e exportadoras: Costa do Marfim e Camarões para culturas de exportação, Congo e Gabão para petróleo e derivados do petróleo, sem falar no breve episódio da produção de urânio no Níger e no contínuo sucesso das exportações de bauxita na Guiné. Os territórios vizinhos foram*

deixados sozinhos, enfrentando a luta impiedosa da competição internacional. Pagaram caro por isso” (Agbohoun, 2020, p. 41)

Todas essas palavras soam a pura poesia. Na realidade, as vantagens do princípio da livre conversibilidade do franco CFA em euro são muito fracas e até ridículas quando comparadas com as desvantagens principais.

Em primeiro lugar, não existe livre conversibilidade entre os francos CFA emitidos pelo BCEAO e os francos CFA emitidos pelo BEAC. Os dois francos CFA não são conversíveis entre si (Agbohoun, 2020, p. 42, Bankole, 2020, p. 23) No entanto, o dinheiro é, por definição, um excelente meio de troca entre os agentes económicos. Consequentemente, a falta de conversibilidade entre as duas categorias de moedas visa desencorajar estruturalmente as transações comerciais entre a África Central e a África Ocidental. Os países membros dessas duas zonas monetárias estão ligados à França, que continua a ser o principal destinatário de suas exportações.

A inconvertibilidade entre os francos CFA do BEAC e os do BCEAO separa estas duas regiões africanas do comércio e, por isso, prevalece o cumprimento do seu papel (colonial) de fornecedor de matérias-primas para a França.

A impossibilidade de converter livremente os francos CFA produzidos por estes dois organismos africanos de emissão monetária prejudica seriamente o comércio intra zona. Opõe-se, portanto, fundamentalmente à descolagem socioeconómica dos países africanos na zona do franco, em que a França cobra enormes comissões para converter francos CFA em euros.

Em segundo lugar, a França recebe enormes comissões durante a conversão, pagas pelos africanos. A França é o único país do mundo que assumiu o compromisso firme de converter em euros todos os francos CFA que lhe foram oficialmente emprestados pelos seus parceiros africanos. A França está, portanto, em situação de monopólio ao converter francos CFA em euros. No entanto, qualquer operação de conversão de uma moeda para outra gera comissões, pagas pelo cliente. Consequentemente, enquanto realiza esta operação de conversão de francos CFA em euros, a França é legitimamente remunerada, estipulando livremente comissões financeiras muito substanciais. Ou seja, a França fixa unilateralmente, como qualquer bom monopolista, a alta taxa das suas comissões de conversão, que são obrigatoriamente pagas ou suportadas pelos seus parceiros africanos (Agbohoun, 2020, p. 43) Estes não podem discutir nem contestar a taxa de comissões definidas pelo país europeu que está em posição de força e domínio sobre os seus parceiros. Sistemáticamente, os africanos são colocados em situação de fraqueza, resignação ou submissão. Tornaram-se monetariamente indefesos e submissos, estando estruturalmente à mercê dos ditames da França. É por causa dessa função de monopólio de converter as moedas que é obrigatório

ter franceses no concelho administrativos dos três Bancos Centrais Africanos da Zona Franco.

Em terceiro lugar, a França detém o controle efetivo dos bancos centrais e das economias africanas (Agbohoun, 2020, p. 40, Bankole, 2020, p. 20) A garantia ilimitada francesa de conversão de francos CFA em euros justifica, nos próprios termos do acordo de cooperação monetária franco-africano, a presença da França nos Conselhos de Administração dos três Bancos Centrais dos PAZF. Esta garantia legitima a intervenção direta da França no centro das economias do continente africano, através da sua representação nas instâncias superiores de decisões estratégicas de desenvolvimento e nos órgãos de controle dos Bancos Centrais da África e da República Federal Islâmica das Ilhas Comores.

Por exemplo, o Artigo 7º do Acordo de Cooperação Monetária entre os Estados Membros do BEAC e a França, assinado em Libreville em 13 de março de 1973, afirma claramente nestes termos: "*O Banco dos Estados da África Central é um estabelecimento multinacional africano, na gestão e controle do qual a França participa em troca da garantia que traz à sua moeda*" (Agbohoun, 2020, p. 43) Desde 1999, é de facto toda a Europa Ocidental que substituiu a França no controle do PAZF.

Ao aceitar esta convenção, a África francófona rejeita, de fato, a sua soberania monetária, colocando-se, assim, deliberadamente numa lógica de neocolonização europeia. Trata-se de subjugar os africanos a ficarem ainda mais pobres, especializando-se na produção e exportação para a Europa de matérias-primas mal pagas.

Ao contrário do equívoco muito difundido, de que a garantia francesa deixa os países da zona Franco numa posição privilegiada, a nossa análise mostra que a inconvertibilidade da moeda nacional (ou comunitária) nunca foi obstáculo à chegada aos países de acolhimento do investimento direto estrangeiro (IDE²⁰). Contrariamente à França, a China de Amotasse Tung não precisou de garantias monetárias estrangeiras para estabelecer com firmeza as bases reais do desenvolvimento socioeconómico. O desenvolvimento deste país atrai capitais dos países ocidentais, apesar da inconvertibilidade da sua moeda, o Yuan. Por exemplo: em 2007, China e a França assinaram em 26 de novembro cerca de 20 mil milhões de euros em contratos comerciais. A Airbus fica com a maior parte com 12 mil milhões de euros pela venda de 160 aeronaves, principalmente da família A320. Os acordos também abrangeram o campo nuclear. A Areva vendeu à China dois reatores nucleares de terceira geração, bem como o combustível necessário para sua operação, num valor total de 8 mil milhões de euros. Segundo Anne Lauvergeon, representante de Areva, este é o maior contrato da história da energia nuclear (Agbohoun, 2020, p.44)

²⁰ O investimento direto estrangeiro (IDE) ocorre quando uma empresa, uma empresa multinacional ou uma pessoa singular de um país investe nos ativos de outro país ou assume uma participação no capital das suas empresas.

A Nigéria, cuja moeda, naira, não é conversível, é de longe um gigante económico à frente de qualquer país africano na zona do franco. O facto de os investidores ocidentais estarem a afastar-se dos países africanos com moedas convertíveis para se estabelecerem na Nigéria, na Ásia e nos países africanos com moedas não convertíveis, demonstra que a garantia da conversibilidade monetária é um ativo cada vez mais esvaziado da sua substância, decerto quando comparamos o seu resultado socioeconómico na África francófona com o alto preço que esta teve que pagar à França: fornecimento de materiais, servidão a troco da mesma pobreza socioeconómica dinâmica (Agbohohou, 2020, p. 45)

A garantia monetária ocidental não existe na Índia, onde a moeda nacional, a rupia, é inconvertível. No entanto, este país, que foi construído após a saída dos ingleses em 1947, é hoje uma grande potência económica e militar inegável, muito à frente de todos os países africanos da zona do franco.

Ao abandonar o franco CFA em favor da criação da sua moeda nacional, o dirham (DH), o reino marroquino continuou a manter excelentes relações de cooperação económica com a antiga potência colonizadora, a França. Este continua a ser, de longe, o maior fornecedor de IDE em Marrocos: "Em 2006, pelo segundo ano consecutivo, o fluxo de investimento direto estrangeiro em Marrocos ultrapassou os 25 mil milhões de DH (Agbohohou, 2020, p.47).

A entrada de fluxos de investimento direto em 2006 caracteriza-se geralmente por um aumento em todos os países investidores em Marrocos. No entanto, a França está no topo dos países que mais investem, seguida pela Espanha e pela União Económica do Luxemburgo (UEL). Este grupo de países representa 72% do IDE recebido em Marrocos em 2006. A França sempre foi o primeiro investidor estrangeiro em Marrocos, com 8.450,1 milhões de DH de investimento em 2006, o que representa mais de 33% do IDE recebido em Marrocos. A presença francesa tem sido particularmente marcada nos últimos anos por uma atividade muito diversificada, que afeta diferentes setores (turismo, aeronáutica, automóvel, banca, etc.) (Agbohohou, 2020, p.47)

Apesar da inconvertibilidade do dinar argelino, a França investe maciça e quantitativamente na Argélia, enquanto esta liquidou o franco CFA muito cedo, em 1963, para se dotar dos meios objetivos do seu próprio desenvolvimento socioeconómico global.

No dia 4 de dezembro de 2007, por ocasião do segundo dia da visita de Nicolas Sarkozy à Argélia, várias empresas francesas, incluindo Total, Gaz de France e Alstom, ganharam contratos representando cerca de 5 mil milhões de DH. A França e a Argélia também concluíram um acordo relativo à investigação fundamental, transferência de tecnologia, formação, produção de eletricidade, bem como à prospeção e exploração de urânio. Hoje também diz respeito à petroquímica, gás natural e energia. O grupo petrolífero francês Total anunciou que celebrou um contrato com o grupo Sonatrach para o lançamento

dum complexo petroquímico em Arzew (oeste da Argélia) Por um montante pela sua quota, o grupo francês Gaz de France celebrou um acordo, novamente com a Sonatrach, para prolongar os seus contratos de fornecimento de gás natural liquefeito até 2019. O acordo permitiria à Gaz de France garantir uma grande parte do abastecimento da França até 2019 (Agbohoun, 2020, p.47).

A Tunísia livrou-se do franco CFA em 1958. Em seguida, criou a sua própria moeda, o dinar tunisiano. Este último não é conversível internacionalmente. A sua exportação e importação são um crime na Tunísia. Apenas 4.000 dinares podem ser convertidos em moeda estrangeira pelos viajantes antes de deixar a Tunísia, por ano. Existem vários balcões bancários automáticos que permitem a conversão local de moedas estrangeiras em dinares. Ao sair do país, é imperativo declarar o dinheiro em sua posse e este montante não pode exceder o equivalente a 500 libras esterlinas. Apesar da inconvertibilidade do dinar tunisino em escala internacional e dessas múltiplas restrições, a França é o primeiro país a fornecer investimento estrangeiro direto na Tunísia. A título de ilustração, podemos lembrar que, em 28 de abril de 2008, no palácio presidencial de Cartago, localizado no coração de Tunes, os presidentes Nicolas Sarkozy e Zine El Abidine Ben Ali assinaram contratos e acordos estimados em 1,360 bilhão de euros, incluindo um bilhão de euros pela venda de 19 aviões do fabricante europeu de aviões Airbus e 360 milhões de euros pelo fornecimento duma central térmica do grupo Alstom. O acordo nuclear civil assinado entre o presidente Sarkozy e Ben Ali incluiu a formação de engenheiros e a criação de laboratórios de pesquisa, que a longo prazo, em quinze ou vinte anos, abrirão caminho para a possível entrega de centrais nucleares (Agbohoun, 2020 p.49).

Todas as estatísticas internacionais afirmam unanimemente que os investimentos estrangeiros diretos (IED/IDE) se dirigem, antes de tudo, aos setores económicos dos países onde certamente serão rentáveis. A livre convertibilidade da moeda local não se enquadra nos critérios de seleção das áreas geográficas globais escolhidas pelo IDE.

Embora estejam a aumentar em valor absoluto, o IDE para África representa menos de 4% do total mundial e está distribuído de forma desigual. Os países do Norte de África, a África do Sul e os maiores produtores de petróleo da África Subsariana são de longe os principais beneficiados. Esta situação revela uma forte dependência dos recursos naturais. Apesar de participar nas redes internacionais de produção, o setor privado local está sempre em desvantagem, não lhe sendo dada oportunidade de se desenvolver noutras áreas que não sejam a de fornecedor de matérias-primas. Na África Austral e Oriental encerraram várias fábricas têxteis.

Os IDE recebidos por todo o continente africano destinam-se principalmente aos países situados no Norte de África (Marrocos, Argélia, Tunísia), cada um com uma moeda nacional não conversível, após a saída da zona do franco. A estes países do Norte de África

junta-se a África do Sul, cuja moeda (o rand) não é o franco CFA mas que, no entanto, monopoliza uma parte significativa do IDE atribuído a África.

Como resultado, a quantidade de IDE recebida pelo resto da África Subsaariana, incluindo os quinze países da zona Franco, permanece insignificante. Além disso, os setores de mineração e energia são os principais beneficiários do IDE nesta região extremamente pobre da África. Em 2004, África (excluindo a África do Sul) recebeu 0,4% do IDE, metade do qual (0,2%) foi para Angola e Nigéria. Esses dois países, cujas moedas nacionais não são conversíveis, estão fora da zona do Franco CFA. Mas atraem IDE porque são produtores de petróleo (Agbohhou, 2020, p.46)

Sobre as motivações dos investidores estrangeiros subjacentes à escolha dos destinatários do seu capital, a UNCTAD²¹ indica o seguinte:

“Nos últimos 25 anos, o investimento direto estrangeiro (IDE) aumentou acentuadamente nos países da África Subsaariana: de 11,8 bilhões de dólares em 1980, atingiu 25,6 bilhões em 1990 e mais de 101 em 2004. também cresceu de 10,2% do PIB em 1980 para 29,4% em 2004..., que se multiplicou por 16 entre 1980 e 2004, com um aumento significativo na Ásia e um aumento marginal na América Latina, mas a participação da África Subsaariana nos fluxos totais de IDE tem diminuído constantemente desde 1980. Abaixo de 1%, metade do seu nível, é inferior ao de outros países de baixa renda, particularmente na Ásia, que realizaram reformas estruturais de longo alcance. Esta análise exclui a África do Sul, um grande país de renda média que por suas características difere dos pequenos países pobres que compõem a maior parte do restante da África Subsaariana. Os 24 países da região listados pelo Banco Mundial como dependentes desses recursos absorveram em média quase quartos dos fluxos anuais de IDE durante 20 anos. Com a descoberta de novos depósitos no Chade e na Guiné Equatorial, os 10 maiores recetores de IDE da região em 2004, o estoque de IDE nos países exportadores de petróleo subsaarianos aumentou de 4,6% para 46% de seu PIB” (Agbohhou, 2020, p. 46)

O fator atrativo para o IDE nalguns PAZF não é a conversibilidade do franco CFA para o euro, mas sim os IDE para a pesquisa e exploração de matérias fundamentais, como petróleo e urânio, por exemplo.

Resumindo, podemos dizer que a garantia francesa, claramente paga pelos africanos, é uma concha vazia e um verdadeiro engodo em termos de atração de IDE para os PAZF. Esta garantia francesa é uma farsa grosseira elaborada durante a era colonial, que permanece

²¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi estabelecida em 1964, em Genebra, Suíça, no contexto das discussões de liberalização do comércio no Acordo Geral de Tarifas e Comércio. É o órgão da Assembleia Geral das Nações Unidas que busca promover a integração de países em desenvolvimento na economia mundial e atual como fórum para deliberações intergovernamentais, apoiado por debates com especialistas e intercâmbio de experiências.

até hoje, e uma fraude intelectual do neocolonialismo francês em relação aos PAZF. Contentar-se em vender matérias-primas não valorizadas no continente africano e buscar desesperadamente refúgio na moeda do antigo ocupante europeu é um ato de recusa do desenvolvimento socioeconómico em benefício da perpetuação da pobreza e da miséria.

Em quarto lugar, a falta de garantia francesa de apoio ao franco CFA. Ninguém desconhece o fenómeno de fuga de capitais de que sofre o continente africano. Segundo a UNCTAD, a saída de capitais dos países africanos nos 30 anos desde a sua independência, ultrapassa os 400 mil milhões de dólares americanos. O que representa o dobro da dívida externa do continente. O mesmo relatório das Nações Unidas sublinha “que entre 1991 e 2004, a saída de capitais representou uma média de 13 mil milhões de dólares por ano” ou seja, uma percentagem vertiginosa de 7,6% do produto interno bruto anual da África negra teria sido de 30 bilhões de dólares, estima-se que, entre 2000 e 2015, 836 mil milhões de dólares tenham fugido de África, o que significa que é credor do resto do mundo e em setembro do ano 2020 a UNCTAD estimou que, em África, a fuga de capitais atinge 88 mil milhões de dólares anualmente, o equivalente a 3,7% do PIB, um montante que poderia financiar metade do seu défice de financiamento pelo menos até 2030. “Para se ter uma ideia da magnitude da problemática, as saídas de capitais ilícitos e ilegais são praticamente equivalentes à soma da ajuda oficial anual ao desenvolvimento e do investimento directo que o continente recebe” (Agbohoun, 2020, p. 50; Abizanda, 2020).

Quinze países africanos utilizam como moeda o franco CFA, cuja livre conversibilidade em euro é um dos principais fatores que favorecem o êxodo de capitais do continente africano para França, Suíça, Inglaterra e todos os demais países membros da zona do euro. O facto de o franco CFA ser conversível faz com que os PAZF vivenciem uma fuga de capitais muito maior do que noutros lugares. Em África, há muitas consequências negativas geradas por essas múltiplas fugas de capitais.

Se esses recursos fossem destinados a investimentos produtivos, criariam empregos e proporcionariam a saída da miséria de um número considerável da população.

Segundo a Comissão Económica das Nações Unidas para África, entre 1982 e 1991, período da crise aguda da dívida, a fuga de capitais atingiu cerca de 22,0 mil milhões de dólares. A taxa média ²² da saída de capitais para dívida foi avaliada em 1991 em mais de 40% numa amostra de 18 países (Agbohoun, 2020, p.50)

Ao privar a economia nacional de recursos internos disponíveis, a fuga de capitais põe em causa as perspectivas de investimento, a diversificação das exportações, redução dos défices da balança de pagamentos, e acentua a vulnerabilidade das economias. Em suma, a fuga de capitais acentua os problemas de financiamento, do crescimento em África. É

²² A taxa média de mudança (também chamada taxa de variação) refere-se à relação que existe entre duas variáveis e a mudança que uma sofre para cada quantidade de mudança na outra.

imperativo inverter a tendência, pois, se a África continuar a registar uma saída significativa da sua riqueza para investimentos no exterior, não conseguirá gerar poupanças que lhe permitam financiar o desenvolvimento interno.

Tomemos uma situação, a título de exemplo: um único euro equivale, em média, a 21.000 dongs vietnamitas. Consequentemente, o cidadão vietnamita que detenha 21.000.000 VND, por exemplo, não tem interesse objetivo em exilar o seu capital num dos países da União Europeia, como a França, onde teria apenas 1.000 euros como o equivalente dos seus investimentos financeiros. Assim, este vietnamita tem tudo a ganhar fazendo crescer a sua troca de 21 milhões entre o franco CFA e o euro.

1.2.2.2. Paridade Fixa do Franco CFA

De acordo com o artigo 11º da Convenção de Cooperação Monetária entre os Estados Membros do BEAC e a França, "A paridade do franco CFA e do franco francês é fixa" (Fernandes, 2012, p.50, Agbohohou, 2020, p.52, Bankole, 2020, p.22). O mesmo princípio é estabelecido no artigo 2º do acordo de cooperação entre a França e os estados-membros da UMOA.

Desde 1º de janeiro de 1999, com o início do desaparecimento das moedas nacionais europeias em favor do euro, o mesmo princípio exposto acima pode ser enunciado da seguinte forma: "A paridade entre o franco CFA e o euro é fixa" (Agbohohou, 2020, p.52, Bankole, 2020, p.22). Esta fixidez das paridades tem vantagens que são constantemente alegadas e que devem ser brevemente recordadas a seguir:

- a) Torna o franco CFA uma moeda relativamente estável, em comparação com as outras moedas de fusão da Mauritânia, Guiné-Conacri, Gana, Nigéria, etc.,
- b) Poupa os africanos aos riscos cambiais, não só com a França, mas também com todos os outros Estados-Membros da União Europeia.
- c) Facilita o acesso dos PAZF ao vasto mercado europeu.
- d) Garante teoricamente o poder de compra dos PAZF.
- e) Torna o franco CFA na única moeda (excluindo o rand sul-africano) digna de confiança.
- f) Facilita o comércio e o investimento.

Todas as vantagens mencionadas permanecem muito fracas diante das múltiplas e grandes desvantagens para os países africanos. Estas desvantagens impedem fundamentalmente a descolagem socioeconómica dos países africanos pelas seguintes razões:

1. Integração Subalterna de PAZF no mercado europeu.

Apesar de sua estreita cooperação monetária com a França há mais de cinco décadas, os PAZF estão integrados de forma subordinada à economia europeia e global da mesma forma que a maioria dos países subdesenvolvidos fora da zona do franco. Ou seja, os PAZF

continuam a ser excelentes fornecedores empobrecidos de matérias-primas não transformadas localmente e consumidores muito miseráveis de produtos acabados feitos fora da África negra. A ajuda monetária francesa, longe de contribuir para a sua industrialização, limitou-os ao papel colonial de servos dos seus antigos ocupantes. A cooperação monetária franco-africana desenvolveu princípios aparentemente atraentes como a paridade fixa entre o FCFA e o FF com o único objetivo de manter os PAZF na esfera de dominação da Europa como um todo sobre a África, porque os Acordos de Parceria Económica (ACP) já têm acesso ao mercado europeu através dos acordos de Lomé, e aí “despejam”, a baixo preço, as suas matérias-primas. No entanto, eles não são industrializados nem desenvolvidos económica e socialmente.

Os acordos de Lomé (1975) concedem o desarmamento aduaneiro às matérias-primas africanas destinadas às fábricas europeias. Além disso, os factos mostram com rigor que a total miséria das comunidades negras da África do Sul é essencialmente inerente ao *apartheid* e não à ligação do rand (moeda da África do Sul) a uma moeda estrangeira (Agbohoun, 2020, p.54)

2. O desvio dos PAZF em benefício da Europa

De facto, já que não há mais risco cambial no comércio entre a Europa e os PAZF, os africanos estarão sempre a ser tentados e aliciados com essa mesma situação de exportação de matérias-primas para a União Europeia. As gritantes faltas de industrialização continuarão a subjugar-los, financeira e economicamente, aos ocidentais. A Europa sempre foi capaz de inventar e implementar estratégias inteligentes para dominar e controlar o continente africano, pelo maior tempo possível. Por exemplo, em 1998, rejeitou o pedido de adesão ao Clube ACP²³ da parte da África do Sul. Sabe que a África do Sul é um país semi-industrializado. O seu acesso favorável ao mercado único europeu, à semelhança dos outros países ACP, poderá contribuir significativamente para o despertar e o inesperado renascimento destas regiões que a Europa explora constantemente para alcançar o seu desenvolvimento global lucrativamente, uma vez que a UE tem acordos de cooperação comercial com os países membros daquela organização internacional (Agbohoun, 2020, p.55)

Através deste jogo de estabilidade entre o euro e o franco CFA, a Europa reconstitui e protege os seus mercados africanos, outrora dominados, contra os seus concorrentes americanos cujo dólar é acompanhado por riscos cambiais.

3. As paridades fixas privam os PAZF de qualquer política cambial soberana

As taxas fixas impedem aos PAZF de poder para manipular a taxa de câmbio entre o franco CFA e o euro, em função das vantagens dos usuários da moeda (Fernandes,2012,

²³ Países ACP. Trata-se de uma associação de 79 países da África, Caribe e Pacífico. formada para coordenar atividades da Convenção de Lomé de 1975. Todos os Estados, à exceção de Cuba, são signatários do acordo de Cotonou, que veio substituir as Convenções de Lomé.

p.50) por outras palavras, a correspondência do franco CFA com o euro impede que os países africanos integrados na zona franco utilizem a sua moeda em total soberania e em prol dos seus próprios interesses.

Há uma desvalorização da moeda nacional quando, no regime de câmbio fixo, a perda ou queda do valor externo da moeda nacional ocorre em função de uma vontade política do Estado que decide atingir determinados objetivos económicos, sociais ou políticos específicos. O regime do câmbio fixo é um sistema monetário que atribui a moeda nacional a um preço fixo, em relação a outra moeda (ou um bem precioso como o ouro) escolhido como padrão de referência (Frankel, 2004, Agbohohou, 2020, p.56) Neste modelo de regime, a estabilidade entre a moeda nacional e as outras moedas, nomeadamente moedas estrangeiras, são determinadas por decreto.

Como resultado, a modificação autoritária e administrativa dessa paridade fixa dá-se pela desvalorização ou reavaliação da moeda nacional em relação à moeda de referência. A desvalorização da moeda é, portanto, sempre uma decisão política num regime de câmbio fixo. A gestão soberana da taxa de variação é uma poderosa ferramenta monetária que qualquer país independente se concede para realizar, em função dos seus interesses bem definidos, uma política cambial forte ou fraca.

A política de moeda forte consiste em reavaliar a moeda quando se está em regime de câmbio fixo. Qualquer ideia de desvalorização é sistematicamente rejeitada. Num regime de câmbio flutuante, a política cambial assenta num conjunto de medidas destinadas a promover a valorização ou desvalorização da moeda nacional face às moedas concorrentes. Por exemplo, como parte de sua política de divisas, a União Europeia, em sua consciência, impõe a si mesma uma política de austeridade ou extremo rigor ao proibir-se de atingir uma taxa de crescimento económico superior a 3% ao ano (Agbohohou, 2020, p.57)

A paridade fixa provoca desvalorizações externas que não dependem da mesma dinâmica económica interna dos usuários da moeda. Estes sofrem quedas de valor resultantes de problemas que afetam as moedas utilizadas em França. Por exemplo, em julho de 1944, quando 44 países se reuniram em Bretton Woods, nos Estados Unidos, a França aceitou desvalorizar a sua moeda. (Fernandes, 2012, p.54)

Este ajuste monetário permitiu a paridade do franco francês com o dólar de 50 para 119 francos. Logicamente, as colónias francesas que utilizam a mesma moeda da metrópole deveriam ter sofrido essa desvalorização do franco francês. Paris criou, nesta mesma data de 25 de dezembro de 1945, várias unidades monetárias, incluindo o franco das colónias francesas da África (FCFA), destinadas às possessões francesas da África subsaariana. Um franco CFA é igual a 1,7 F.F. Em 17 de outubro de 1948, o franco francês foi desvalorizado e o franco CFA reavaliado pela segunda vez. 1 F CFA vale 2 FF.

Em 11 de janeiro de 1994, a França fez o mesmo com as suas antigas colônias em África. Antigamente 1FF valia 50 FCFA e, desde essa data, 1FF passou a ser igual a 100 FCFA. A partir da adoção do euro como moeda da França, o FCFA sofreu novamente uma desvalorização: 1 euro passou a ser equivalente a 655,97 FCFA (Agbohoun, 2020, p58, Bankole, 2020, p17)

Tabela 1. Paridade do FCFA

Criação do Franco CFA	26 de dezembro de 1945	1 FCFA = 1,70 FF
Desvalorização do Franco Francês (FF)	17 de outubro de 1948	1 FCFA = 2,00 FF
Introdução do novo Franco Francês (FF)	1 de janeiro de 1960	1 FCFA = 0,02 FF
Desvalorização do FCFA	12 de janeiro de 1994	1 FCFA = 0,01 FF
França adota o Euro	1 de janeiro de 1999	655.957 FCFA = 1 Euro

Portanto, a referida paridade fixa não é recomendada para um Estado que quer ter o controle da sua economia e precisa de criar impactos positivos sobre ela, que possam, por exemplo, refletir-se na qualidade de vida futura da sua população. Por mais que se esforcem para produzir matérias-primas, e mesmo que a ação industrial seja intensificada, nunca haverá impactos diretos na sociedade se a desvalorização ou reavaliação depender única e exclusivamente de uma força económica externa. Contrariamente ao equívoco generalizado, contra a recomendação dos PAZF, a França desvalorizou o CFA em 100%.

4. A habilitação da dívida externa do PAZF pela fixidez das paridades

Uma vez que a evolução do franco CFA está ligada à variação do euro, uma desvalorização deste último face ao dólar americano aumenta automaticamente as dívidas externas e as contas de energia africanas denominadas em dólares, o custo das importações de países africanos cuja balança de pagamentos se degrada mecanicamente sem qualquer possibilidade de reação.

O euro mantém os PAZF o maior tempo possível numa situação de dependência, não só em relação à França, mas também a todos os países da União Europeia. Qualquer desvalorização do euro face ao dólar levará à desvalorização automática do franco CFA, com a consequência lógica do aumento das dívidas externas.

5. Exclusão de PAZF do comércio Sul-Sul

Sendo o euro concebido para ser sempre uma moeda forte, quaisquer que sejam as situações socioeconómicas dos seus inventores europeus, o franco CFA também estará sempre sobrevalorizado devido à sua sujeição à moeda da Europa. Assim, prejudicará estruturalmente a competitividade das exportações dos países africanos da zona Franco.

Enfraquecidos por esta previsível falta de competitividade de preços no comércio Sul-Sul, os PAZF serão obrigados a perpetuar a economia comercial (venda de matérias-primas) em benefício da Europa e em detrimento da sua própria industrialização, sem a qual não há desenvolvimento socioeconómico sustentável e endógeno. O protecionismo dos países ricos é tal que os produtos industriais africanos devem ser destinados prioritariamente aos mercados dos países do Sul que concorrem com base em meios de produção quase comparáveis. Por exemplo, devido à sobrevalorização artificial do franco CFA, atrelado ao euro forte, o cacau da Guiné Equatorial custará sempre mais do que o cacau do Gana na concorrência com o mercado nigeriano, pelo que o exportador menos competitivo da Guiné Equatorial é forçado a retirar-se para vender seus produtos para a União Europeia. Esta regozija-se com o resultado favorável da minada cooperação euro-africana habilmente desenhada para a satisfação prioritária de seus próprios interesses em detrimento dos de seus parceiros africanos. Transformam-se, nessa troca comercial, num verdadeiro exército de miseráveis trabalhadores braçais mal pagos e presos ao solo, fazendo trabalho agrícola ingrato sem nenhuma esperança tangível de realmente superar a pobreza estrutural que os devora todos os dias.

Em última análise, uma vez que o euro forte exclui o PAZF do comércio Sul-Sul em geral e das trocas intra-africanas em particular, ele deve ser pura e simplesmente liquidado ou abandonado por esses países que aspiram ao desenvolvimento socioeconómico real. Marrocos, Tunísia e Argélia retiraram-se da zona do franco CFA e estão melhor do que antes de adquirirem a sua independência monetária. Os PAZF devem imitá-los e queimar o franco das Colónias Francesas em África para renascer para a verdadeira independência económica que confirma a independência política duramente conquistada.

A experiência mostra que o crescimento do volume das exportações de matérias-primas africanas não resulta necessariamente no crescimento do bem-estar social africano.

1.1.1.1. Liberdade absoluta de transferências

O artigo 10.º da Convenção sobre Cooperação Monetária entre a França e os Estados da África Central estipula que *"as transferências de fundos entre os Estados-Membros e a França são gratuitas"*. Além disso, a livre transferência de capital está consagrada nos acordos de Lomé e nos códigos de investimento africanos. Estes permitem que investidores estrangeiros repatriem sem limites os seus enormes lucros obtidos nos PAZF. Graças a este princípio de exportação ilimitada de lucros, acreditava-se que os investidores estrangeiros inundariam a

África na zona do franco com o seu imenso capital, cujo desenvolvimento socioeconómico seria acelerado (Bankole, 2020, p.22, Agbohoun, 2020, p. 105)

Os factos observados mostram que este princípio permite efetivamente que certos investidores estrangeiros do norte enriqueçam em África sem realmente a desenvolverem economicamente, pois, amparados por essa disposição económica legal, realizam e repatriam quase todos os seus enormes lucros, como comprovam os dados abaixo:

Tabela 2. Investimentos Privados Diretos (1970-1993) em dólares americanos

	investimentos recebidos							Tot al	Renda de investimentos recebidos							Tot al
Ano	70	75	80	85	90	91	92		70	75	80	85	90	91	92	
BCA O																
BEN	6,7	1,9	4,3					12,9	- 3,7	-4,1	-2,9					- 10, 7
B.F	0,4	0,3		-1,4				-0,7	- 1,6	-7,1	-8,5	-1,8				- 19, 0
C.M	30,7	69,1	94,7	29,2	31, 6	80,8	77,1	413, 2	- 48, 9	- 105, 5	- 187, 9	- 53,4	- 63,9	- 61,7	- 65,7	- 367
MAL I		2,6	2,4	2,9	- 6,6	3,5	-7,6	-2,8	- 1,6	-0,3			- 23,9	- 23,0	- 13,7	- 62, 5
NIG	0,6	22,6	49,1	-9,4				62,9	- 2,1	15,1	- 11,1	-6,3				-4,4
SEN	5,0	22,5	14,5	- 15,8				26,2	- 14, 9	- 55,9	- 34,1	- 17,2	- 33,1	- 39,0	- 42,1	- 236 ,3
TO GO	0,7	5,2	42,3	16,6				64,8	- 5,5	-7,7	-0,3	-9,3	- 11,8	- 12,4	- 13,6	- 60, 6
Tota l	44,1	124, 2	207, 3	22,1	25, 0	84,3	69,5	576, 5	- 78, 3	- 165, 5	- 244, 8	- 88,0	- 132, 7	- 136, 1	- 135, 1	- 980 ,5
BEA C																

CAM	16,0	27,1	129,8	316,7	-57,0	-16,7	-17,3	81,0	-3,7	-37,9	-114,7	-341,5				-497,8
C.A	1,2	5,6	5,3	3,0	0,7	-4,9	-3,0	7,9	-1,4	-1,7			-2,1	-1,5		-6,7
CON	15,4	40,0	12,7					68,1		-0,8	-6,3	-47,4				-54,5
GAB	-0,7	166,9	31,5	15,1	73,5	-54,6	126,9	358,6		-123,5	-273,1	-118,0	-116,4	-141,4	-156,4	-936,5
G. E					9,8	42,3		52,1	-0,6							-0,6
CHAD	0,6	20,3		53,7		4,2	2,0		80,8	-1,7	-2,1				11,2	7,4
TOTAL	32,5	259,9	388,0	27,0	-29,7	108,6	178,1	1143,7	-15,1	-166,0	-394,1	-506,9	-118,5	-142,9	-145,2	-1488,7
PAZF	76,6	384,1	410,1	52,0	54,6	178,1	208,5	1750,6	-93,4	-331,5	-638,9	-594,9	-251,2	-279,0	-280,3	-2282,4

BEN (Benín), B.F (Burkina Faso), C.M (Costa do Marfim) NIG (Níger), SEN (Senegal), CAM (Camarões), C.A (RP. Centroafricana), CON (Congo Brazzaville), GAB (Gabão), G.E (Guiné Equatorial)

As observações estatísticas observadas na tabela acima (Agbohhou, 2020, P.107) mostram claramente que o capital privado de 1.750,6 milhões de dólares investidos (entre 1970 e 1993) nos PAZF, pelo Norte, trouxe lucros líquidos estimados em \$ 2.589,9 milhões. Entre 1970 e 1993, a cotação do dólar americano flutuou entre 5 e 12 francos franceses. Quando fixamos uma taxa média mínima de 5,8 FF, a dedução financeira feita (por investidores privados ocidentais) nos PAZF durante o mesmo período (1970-1993) é estimada em pelo menos 15 mil milhões de francos franceses, equivalente a 1.500 mil milhões de CFA francos. As empresas privadas que obtêm e repatriam lucros gigantescos da zona do franco são principalmente francesas. É por isso que alguns economistas afirmam, sem dúvida e com razão, que: “às empresas francesas tiraram da Africa o equivalente a 1.500 bilhões de francos” (Agbohhou, 2020, p.108). Tal facto permitiu que muitos empresários e intermediários franceses beneficiassem, não apenas de contratos chorudos, mas também de enormes comissões.

A evasão fiscal inerente ao mundo dos negócios é banalizada em países pobres cuja economia nacional é de facto dirigida pelo poder estrangeiro. Como resultado, os lucros obtidos (1.500 mil milhões de francos CFA) são apenas uma pequena parte visível do iceberg. Assim, estes resultados estatísticos revelam que os investimentos privados que os PAZF recebem dos países ocidentais, são, sem dúvida, muito rentáveis, mas beneficiam principalmente os cidadãos europeus, em detrimento dos africanos, cada vez mais empobrecidos.

As observações estatísticas financeiras abaixo mencionadas mostram que o prejuízo financeiro suportado pelos PAZF aumenta necessariamente com as transações sem contraprestação²⁴.

Tabela 3. Transações sem Contraprestação (famílias não africanas) em dólares americanos

	1970	1975	1980	1985	1990	1991	1992	1993	Total
BCEAO									
Benim		14,9	74,9	31,6	86,3	87,9	99,0	87,2	481,8
Burkina-Faso	16,0	32,5	111,8	102,1	113,9	106,4	106,9	96,8	686,4
Costa de Marfim	-55,5	-183,8	-715,6	-278,9	-553,5	-464,4	-492,3	-394,1	-3138,1
Mali	0,3	11,9	40,5	46,7	66,9	70,0	88,0	84,8	409,1
Níger	-3,8	-19,8	-56,7	-58,7	-48,8	-37,9	-39,7	-33,3	-297,9
Senegal	-17,1	-9,5	-19,8	7,6	29,4	28,4	36,6	40,3	95,9
Togo	-2,4	-1,4	0,5	7,7	9,9	14,2	8,7	9,5	46,7
Total	-62,5	-154,4	-564,4	-141,9	-295,9	-195,4	-192,8	-108,8	-1716,1
BEAC									
Camarões	-7,2	-22,1	-73,4	-99,9	-51,9	-65,8	-94,4	-79,8	-494,5
RP.Centro Africana	-3,9	-12,3	-16,7	-11,8	-32,9	-29,8	-32,1		-139,5
Congo		-32,9	-64,4	-37,5	-62,8	-59,9	-63,1	-83,3	-403,9
Gabão	-7,2	-41,2	-157,5	-109,2	-158,5	-125,5	-154,1	-140,9	-894,1
Guiné	-2,0				-17,0	-16,5			-35,5

²⁴ Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Os impostos, multas, as taxas que representem uma retribuição simbólica e as transferências são exemplos de transações sem contraprestação.

Equatorial									
Chade	-6,2	-8,1	-4,1	6,8	-12,9	-19,8	-34,5	-21,2	-100,0
<i>Total</i>	-26,5	-116,6	- 316,1	- 251,6	-336,0	- 317,3	-378,2	-325,2	- 2067,5
PAZF	-89,0	-271,0	- 880,5	- 393,5	-631,9	- 512,7	-571,0	-434,0	- 3783,6

(Agbohhou, 2020, p.109)

A tabela mostra-nos que a quantidade de transações sem contraprestação de famílias não africanas que saem dos PAZF para a França e o resto do mundo subiu de 89 milhões de dólares em 1970 para 434 milhões de dólares em 1993, um aumento de 387,64%. Durante 23 anos (1970-1993), o valor acumulado dessas transações privadas sem contraprestação é estimado em um mínimo de 3.783,6 milhões de dólares correspondentes a pelo menos 2.200 mil milhões de francos CFA. Os salários das famílias do norte pagos graças à economia dos PAZF excedem, portanto, o dobro dos investimentos privados estrangeiros realizados nesta parte do mundo.

Os factos demonstram objetivamente que os PAZF desempenham o mesmo papel que as colónias de outrora destinadas a enriquecer a metrópole. Efetivamente, entre 1970 e 1993, os africanos sofreram uma dedução financeira líquida de 6.373,5 milhões de dólares sob os lucros de investimentos privados e transações sem contraprestação dos domicílios de expatriados residentes nos PAZF. Este dreno financeiro é equivalente a pelo menos 3.700 mil milhões de francos CFA.

Em conclusão, a moeda FFCA tem benefícios múltiplos, mas unilaterais, que afetam positivamente os investidores estrangeiros, a maioria dos quais são franceses. Empresários estrangeiros do Ocidente não investem nos PAZF por terem uma moeda que tem paridade com o euro, mas justamente por questões como o princípio de transferências gratuitas ilimitadas para os seus países de origem, que os beneficia desde que legalmente de acordo com os mesmos estatutos da zona franca.

Como já é dado como certo, os empobrecimentos desses países agrícolas são crescentes e é um círculo vicioso que dificilmente pode ser ultrapassado, justamente por serem usuários da moeda FCFA. Esta é a razão pela qual vários interessados no assunto, sejam economistas, ativistas ou membros dos governos desses países, acreditam que a solução seria criar uma moeda nacional africana comum a todos os estados.

1.2.3. Origem e criação do franco CFA

Durante a Segunda Guerra Mundial, no mês do maio de 1940, a Alemanha nazi ocupou vastos territórios da França e continuo a fazê-lo até dezembro de 1944. Como resultado da derrota da França e dos seus aliados, o gabinete francês procurou negociar um cessar-fogo. Um armistício foi assinado em 22 de junho de 1940, em Copenhaga. Nos

termos do acordo, uma área designada no norte e no oeste da França (a “zone occupée”) foi ocupada pelo exército alemão. Nesta região, o governo francês, localizado em Vichy, liderado pelo Marechal Philippe Pétain, estava sob a tutela dos alemães. Um terço do país foi designado como zona livre, sob controlo do governo Vichy. O território da Alsácia-Lorena foi incorporado à Alemanha (assim sujeitando a sua população masculina ao recrutamento militar alemão). Estabelecida como um verdadeiro colono em França, a Alemanha mostrava-se dominante no controlo e gestão de estratégia política e fontes de receitas económicas com benefício próprio (Agbohoun, 2020, p.76)

De facto, a Alemanha nazi fez com que a França invadida carregasse enormes encargos financeiros, de acordo com o mecanismo de compensação. Para realizar este último objetivo, arquitetou instituir um acordo de compensação franco-alemão que, na verdade, concordaria apenas no nome e colocaria a produção francesa à sua mercê.

Quando dois países decidem liquidar as suas relações comerciais por meio de compensação, eles criam um *clearing*, ou seja, uma organização responsável por equilibrar os respetivos créditos e dívidas. A compensação dispõe nos dois países da quantidade recíproca de importações e exportações. Compensa os preços de uns com o produto de outros e assim evita qualquer troca de moedas nacionais.

Para que este organismo possa funcionar, é necessário que seja fornecido igualmente nas suas moedas; ou seja, todas as trocas comerciais e financeiras que lhe são confiadas são de valor equivalente para cada uma das duas partes. Caso contrário, a instituição de uma compensação não seria sequer concebível.

Aproveitando o domínio sobre a França, a Alemanha aplicou todos os seus recursos aquisitivos nas principais indústrias, como metalúrgica, aeronáutica, armas, automóvel. Em 8 de agosto de 1940, cria-se um projeto de acordo franco-alemão, relativo aos pagamentos compensatórios à Alemanha das despesas contraídas com as obras industriais realizadas nos territórios franceses.

O acordo foi estabelecido entre, por um lado, o Reich alemão, incluindo os territórios ligados ao leste (os territórios polacos), Dantzing, Eupen-Malmédy e Moresnet, mas excluindo o Protetorado da Boémia -Morávia (Agbohoun, 2000, pg.76)

Para além das condições mencionadas, os alemães, já estabelecidos como um império na França, criaram uma versão da moeda alemã, que denominaram MCF (Marco Colonial Francês). Foi imposta pelos alemães, no território francês, uma moeda local dependente do Deutschemark. Foi uma troca entre ambas as moedas: 1 Marco Alemão custava 10 Francos, mas após a ocupação dos alemães e a criação de forma autoritária da moeda MCF o franco sofreu uma desvalorização (Gwenn Music, 2012, Agbohoun, 2000, pg.77). Ao fixar arbitrariamente a taxa de mercado em 20 francos franceses, a Alemanha nazi concedeu a si mesma um poder de compra exorbitante, que lhe permitiu adquirir a baixo preço a riqueza

da França derrotada e com a qual realizou trocas comerciais deliberadamente desequilibradas. Assim, ao manipular a taxa de câmbio a seu favor, a Alemanha deliberadamente violou o princípio fundamental da compensação normal para melhor explorar e empobrecer metodicamente, pelo maior tempo possível, a França ocupada. Lembre-se que este é exatamente o mesmo método de exploração habilmente desenvolvido que a França aplica atualmente na sua cooperação monetária assimétrica com os países africanos da zona do franco (PAZF) (Agbhou, 2020, p. 77)

A moeda Franco CFA foi criada em 25 de dezembro de 1945, fixando o valor de certas moedas dos territórios ultramarinos denominados em francos. O decreto assinado por Charles De Gaulle, Presidente do Governo Provisório da República Francesa, e assinado por René Pleven, Ministro das Finanças, e Jacques Soustelle, Ministro das Colônias, é publicado no Jornal Oficial da República Francesa no dia seguinte, 26 de dezembro de 1945.

Assinaram um pacto de colonialismo económico, o verdadeiro nome de esta moeda é “Franco das Colônias Francesas de África” e não como atualmente o tentam suavizar, alterando-o para “Franco da Cooperação França-África” (Agbohough, 2020, p.77, Bankole, 2020, p.14)

Foi uma invenção da França, sem nenhuma justificação após a Segunda Guerra Mundial. É evidente que a França não apenas fez exatamente o mesmo que a prejudicou, como também as condições económicas e administrativas que foram impostas aos africanos se inspiraram na política nazi. O Franco CFA, moeda em 15 estados independentes africanos, é de facto uma moeda nazi. Ela é fabricada na França, na cidade de Chevalier, cabe resalvar que cada Banco Central dos PAZF deve depositar obrigatoriamente 50% das suas reservas no tesouro francês. Portanto, existem actualmente cerca de 8 biliões de francos procedentes dos países africanos armazenados no Tesouro, ou seja, mais de 12 mil milhões de euros. Por mais que este facto possa parecer assustador, lembrem-se que, antes de 1979, estes países tinham de depositar 75% das suas reservas, e de facto, anteriormente, após a independência, na década de 1960, 100% era o que depositavam nos cofres do Estado francês (Agbohough, 2020, p.78, Sankar, 2020, p. 16, Sotty, 2020, p.27)

Trata-se de tanta liquidez que não está disponível para os estados da zona do Franco CFA.

Outros instrumentos do Franco CFA são fundamentais para entender a situação de pobreza que caracterizam os PAZF.

1.1.2. O ECO

Se nos detivermos um pouco nas origens da independência dos estados africanos, iremos encontrar personagens marcantes como Haile Selassie ou Kwame Nkruma, que sempre defenderam e expressaram o seu desejo de que os novos estados do continente formassem gradualmente uma confederação de estados. Gana foi o primeiro país da África

subsaariana a obter a independência em 1957 e o seu maior expoente, Nkruma, no discurso proferido no dia da proclamação da independência, 6 de março do mesmo ano, disse: "Hoje é a independência de Gana e amanhã será a independência dos Estados Unidos da África" (Cgtn Africa, 2014).

“Se nós não nos juntarmos, se não nos unirmos, nós seremos todos jogados fora, todos de nós um por um e eu também serei. Devemos tomar uma decisão agora nós podemos tanto andar em direção ao progresso através de nossa efetiva União Africana ou voltar para a estagnação, instabilidade e confusão, uma fácil presa para a intervenção, interferência e subversão externa. Assim como a nossa força se baseia em uma política, ação e desenvolvimento unificados, a força dos imperialistas se baseia em nossa desunião, Nossa liberdade permanece à merce do perigo tanto quanto os Estados independentes da África permanecem separados”. (Kah, 2016, p. 159)

A sua intenção era encorajar os nacionalistas e independentistas africanos para a verdadeira autodeterminação política, económica, social, cultural, etc. através da fundação de um macro estado africano com objetivos políticos comuns, como, por exemplo, ter uma moeda única para todas as regiões do continente. Esta facilitaria as trocas comerciais, melhoraria a integração, transformando as suas próprias matérias-primas, aumentaria a produção intercontinental através da industrialização, e poderia competir com outros atores internacionais, como as federações dos Estados Unidos da América, a URSS ou a futura União Europeia. Sem querer tapar o sol com a peneira, não se pode falar de ideias federais no continente sem mencionar aquele que é considerado por muitos como o grande filósofo fundador do pan-africanismo, o jamaicano Marcus Garvey²⁵. Nos anos 30 já abordava questões sobre o despertar dos africanos e afrodescendentes, sobre a urgência de unir os povos e territórios. Proferiu diversos discursos sobre a emancipação dos negros, por exemplo, *Emancipados da Escravidão Mental*, em 1937, ou *África para os africanos*, em 1914. As perspectivas relacionadas com um sistema federal para o continente africano não são nada recentes. Os estados usuários da moeda franco CFA, sendo também membros da organização regional CEDAO, reafirmaram o sonho de total integração dos países da África Ocidental. Esta passou pela criação de uma moeda comum, adotada em 1983. Com uma moeda comum na região, a CDEAO poderia tornar-se na 18ª potência mundial, à frente da Turquia, Suíça ou Arábia Saudita (Bankole, 2020, p.34) Para completar este projeto, as oito moedas atuais da região devem ser ratificadas, o que significa que o Franco CFA do EUMOA deve desaparecer.

²⁵ Marcus Garvey. (17 de agosto de 1887 - 10 de junho de 1940) foi um pregador, jornalista e empresário jamaicano, fundador da Universal Negro Improvement Association (UNIA), cujo lema era One God, One Aim, One Destiny (Um deus, um objetivo, um destino).

Em 29 de junho de 2019, na Conferência de Chefes de Estados do CDEAO em Abuja (Nigéria), retomou-se o tema da união monetária. Os Chefes de Estado dos 15 países da região adotaram também o símbolo eco “EC” bem como o nome do futuro Banco Central da CEDEAO, o *Banco Central da África Ocidental*. No entanto, nenhum calendário específico foi anunciado oficialmente. “O Banco Central dos países africanos da União Monetária da África Ocidental (UMOA) vai gerir todas estas reservas em divisas e distribuí-las pelos vários bancos centrais parceiros no mundo”, assegurou o chefe do Estado do Benim, declarando que isto seria feito “muito rapidamente” (Bankole, 2020, p.34). A agenda é abandonar gradualmente as moedas locais como o naira Nigeriano ou o escudo de Cabo Verde, para adotar a nova moeda chamada eco. Porém, a agenda regional não está alinhada com a agenda dos 8 Países que usam o franco CFA, pois, até agora, não há um acordo real para termo à moeda protegida pela França. Por isso, automática e inevitavelmente, a França acaba ser uma das partes nos negócios de integração monetária que competem com os membros da CDEAO, sendo basicamente mais um membro da organização regional. Poderá, não só participar nas conferências, mas também propor as condições para os usuários da moeda que ia ser utilizada.

A incorporação da França, país europeu, na tomada de decisões que afetam, não apenas as suas ex-colônias, mas também os países sem vínculos históricos, preocupa as duas grandes potências da sub-região, Nigéria e Gana, de tradição Anglo Saxônica. No entanto, os seus vizinhos países francófonos não conseguem livrar-se do jugo colonial.

Não se pode negar que há incógnitas sobre a nova moeda ECO, como a questão do Banco Central e a conversibilidade. Na 55ª Conferência Ordinária de Chefes de Estado e de Governo em Abuja (Nigéria), em 29 de junho de 2019, o comunicado final estabelece que o Banco Central e a emissão de notas serão puramente africanos.

Um mês depois, em 9 de julho de 2019, o então presidente da Costa do Marfim e presidente interino do CDEAO, Alassane Ouattara, viajou a Paris, para ter um encontro com o seu homólogo e amigo Emmanuel Macron. Visita curta, mas que teria consequências que repercutiriam diretamente no projeto da nova moeda africana.

O presidente da Costa do Marfim convocou uma conferência de imprensa, onde ditou as condições da nova moeda, as quais eram as seguintes: "se a moeda for colocada em circulação no ano de 2020, já não haverá representantes franceses nos bancos Centrais Africanos, mas não haverá trocas de paridade fixa com o euro, pois os países usuários do F CFA com todos os seus acordos usariam a nova moeda ECO" (Bankole, 2020, p.36).

Jean Paul Lecoq, do partido político Esquerda Democrática e Republicana, refere à cerca das condições da futura moeda ECO: "Mantém-se a paridade fixa, a livre transferência e a livre convertibilidade entre as duas moedas, a futura ECO e o atual Euro". (Jean-Paul Lecoq, 2020) Com essas condições, as multinacionais francesas e europeias da zona da

África Ocidental asseguram os seus investimentos de longo prazo. Graças à paridade podem converter-se os lucros obtidos em euros, repatriar esses lucros sem limite para a zona do euro, com uma paridade fixa. A Europa seria a grande vencedora, pois dificulta as relações económicas entre dois países vizinhos como o Gana e Togo e facilita as relações com a Alemanha que fica a milhares de quilómetros, noutro continente. Os primeiros aliados económicos e beneficiários serão as empresas europeias, porém, as relações entre os mesmos africanos podem representar apenas 10% do total.

O objetivo de Emmanuel Macron é sabotar a raiz do projeto monetário da CDEAO e impor o seu próprio modelo ECO, que não está relacionado com as verdadeiras intenções e interesses regionais africanos. Trata-se de um falso ECO, à cerca do qual o ativista franco-Beninês, Kemi Seba declarou: “Emanuel Commands Ouattara”, que significa Emanuel comanda Ouattara para continuar garantindo os interesses franceses (Kemi Seba Officiel, 2020) Em segundo lugar, o objetivo era expandir ainda mais a sua zona de influência em todos os outros estados da área, como Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Nigéria, Serra Leoa e Libéria, ou seja, mais lucro para a França e Europa. Esse objetivo expansionista não foi aceite pelos países anglófonos, como, por exemplo, a Nigéria, que é o gigante económico da CDEAO e invocou a implosão. (Outros estados também o condenaram, porque tentar impor o "ECO à Macron" implicaria uma estratégia muito perigosa para o continente e teria como consequência a fragilidade da CDEAO).

Os objetivos do verdadeiro ECO são os de permitir uma verdadeira integração em todos os aspetos, económica, política, social e militar, porque, sem dúvida, muitos dos membros têm características de estados falhados ²⁶. Por exemplo, nos últimos dois anos, só na região da África Ocidental houve três golpes. Procuram também fortalecer os serviços públicos, melhorar e aumentar a produção industrial através de uma união aduaneira para criar interesses económicos comuns, e sobretudo, pôr em funcionamento uma moeda comum, que, por sua vez, permita um aumento de emprego. Evitará que os habitantes possam sentir-se inseguros na sua região, sem a necessidade de emigrar involuntariamente, em busca de melhorias de vida e sobrevivência. A África Ocidental é a sub-região de onde provém a maior massa de emigrantes que saem de suas terras em busca duma vida melhor no resto do mundo. Uma integração regional mais sólida também pode favorecer o combate ao terrorismo.

²⁶ Estado falido, estado falhado ou estado fracassado são termos políticos que designam um país no qual o governo é ineficaz e não mantém de facto o controle sobre o território, o que resultaria em altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, poder judicial ineficaz, interferência militar na política, além da presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de facto parte ou todo o território.

CAPÍTULO II

2. Política militar francesa

A França é o país que mais intervém militarmente nos assuntos africanos, desde o tempo do processo de descolonização até aos nossos dias. Como vimos no capítulo anterior, os franceses já promoveram diversas intervenções militares em países africanos, ajudando a depor ou sustentando governantes de acordo com os seus próprios interesses. Trata-se dum país que pratica uma ativa política intervencionista, sobretudo nos estados que outrora estiveram sob o seu jugo colonial (Penna, 2014, p.157)

Foram enviadas forças francesas para o continente africano, para criar bases militares em vários países, tais como: a Costa de Marfim, 900 militares, Djibuti, 1450 militares, Senegal e Gabão, 350 militares. No caso da região do Sahel, que inclui Burkina-Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, foram enviados perto de 4500 militares franceses. Neste momento contabilizam-se cerca de 9000 militares franceses nos países africanos (Fatijó, 2017, p.18, Penna, 2014, p.160)

Estes números extraordinários levam-nos a interrogar o motivo pelo qual há uma presença tão massiva das forças armadas francesas no continente africano. Ademais, por que razão a maioria dos efetivos militares se encontra no Sahel²⁷? A resposta à segunda questão permite responder de uma forma indireta à primeira.

2.1. Política militar no Sahel (caso Mali)

2.1.1. Governabilidade no Mal

Para entender o panorama atual do Mali²⁸ é recomendável remontarmos à independência do país no ano 1960, quando Modibo Keita, o primeiro presidente de ideologia socialista²⁹, instaura no País um sistema político socialista. (Perez, 2020, p.17)

Em 1966, suspendeu a constituição e o parlamento, substituídos por um Comité Nacional de Defesa da Revolução, com plenos poderes.

²⁷ Sahel. É uma faixa de 500 a 700 km de largura, em média, e 5400 km de extensão, entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana do Sudão, ao sul; e entre o oceano Atlântico, a oeste, e ao mar Vermelho, a leste.

²⁸ Mali. É um país africano sem saída para o mar na África Ocidental. O Mali é o sétimo maior país da África. É delimitado sete países, a norte pela Argélia, a leste pelo Níger, a oeste pela Mauritânia e Senegal e ao sul pela Costa do Marfim, Guiné e Burquina Fasso. O Mali tem uma área de 1 240 000 km² e a sua população é estimada em cerca de 19 milhões de habitantes. A capital do país é Bamako.

²⁹ Socialista. Praticante do socialismo, conjunto de ideias políticas que destacam a natureza cooperativa da produção industrial moderna, que acentua a necessidade de alcançar, em comunidade a igualdade social.

A população estava cada vez mais insatisfeita com o governo. Em 19 de novembro do ano de 1968, o presidente cai num golpe de estado liderado pelo tenente Moussa Traore, que era um antigo membro da armada francesa em tempos coloniais e posteriormente será Chefe de Estado.

Modibo Keita e outros membros do regime anterior foram presos em Kidal e Taoudenni. Modibo Keita morreu em cativeiro em Bamako em 1977.

Em 1979, Moussa Traore é reconhecido como Presidente do Mali, e em 25 de outubro de 1990 estabelece uma ditadura militar unipartidária. A oposição ao seu governo fundiu-se na Aliança para a Democracia no Mali (ADEMA). Os grupos opositores condenavam o unipartidarismo. As exigências para democratizar o estado, juntamente com a insatisfação popular – o povo acusava o governo de corrupção, má gestão e problemas económicos – acarretou a eclosão de inúmeros distúrbios.

Após mais de duas décadas de ditadura, começaram em 26 de março de 1991 protestos e greves, apoiados pelos militares e, em consequência, o presidente Moussa Traoré é derrubado, através de um golpe militar. Foi criado um Comité de Transição para a Salvação do Povo da República do Mali, presidido por Amadou Toumani Touré (o tenente-coronel que dirigiu o golpe de estado) com o objetivo de dirigir o país de forma temporária, enquanto não houvesse um mandatário.

Após um referendo constitucional, foram realizadas eleições presidenciais e parlamentares em 1992 com características multipartidárias. Alpha Oumar Konaré foi proclamado vencedor das eleições, começou o seu mandato no mesmo ano, e completou o seu período até 2002. Foi a primeira vez que um chefe de estado conseguiu completar de forma legítima o seu mandato.

Naquela época, Mali vivia um período de processo democrático. Após o fim do mandato do Presidente Konaré, organizaram-se novas eleições em 2002. Amadou Toumani Touré foi o vencedor com um grande apoio popular. No ano de 2007, após finalizar o seu mandato, foi reeleito para o cargo, que prolongou a sua presença até 2012. Neste ano os problemas do Mali agravaram-se, porque deixaram de ser apenas problemas internos de má governação. As revoltas dos membros da etnia Tuaregue, comandados pela Movimento Nacional de Libertação do Azauade (MNLA), que sempre tiveram intenções separatistas, começaram a ser muito mais intensificadas. Ao mesmo tempo, instauravam-se grupos jihadistas e islamitas no norte do país, provenientes do norte do Magreb. O chefe de Estado não soube fazer frente à insegurança que caracterizava o país, motivo pelo qual Touré foi derrubado por um golpe de estado.

Após ao golpe de estado, formou-se um Comité Nacional para Restaurar a Democracia (CNRDE), liderado por Amadou Sanoco. A revolta dos militares resultou da insatisfação dos oficiais de baixa patente com as medidas do governo para conter a insurgência Tuaregue no

norte do Mali (Rosales, 2016, p.70) O golpe de estado teve uma grande repercussão internacional:

- Em 2 de março, a União Africana³⁰ suspendeu o Mali, alegando que a dita suspensão duraria até ser restaurada a ordem constitucional.
- Em 26 de março, nos Estados Unidos, o governo do Barack Obama suspendeu formalmente a ajuda ao Mali, alegando que só voltaria a fornecer apoio ao País quando a democracia fosse restaurada.
- Em 29 de Março, a CEDEAO anunciou que a junta militar tinha 72 horas para reentregar o poder às autoridades constitucionais, ou o Mali sofreria as consequências do encerramento das suas fronteiras e o congelamento da sua presença na Comunidade.

Milhares de Malianos protestaram nas ruas a favor do golpe de estado e também contra as interferências estrangeiras. Foram os piores momentos da história da política externa do Mali, devido ao bloqueio dos países vizinhos (fecharam as fronteiras e cortaram a eletricidade) (Perez, 2020, p.39) No interior do país, as forças rebeldes avançavam e conquistavam cidades importantes como Gao, Tumbouctou e Kidal. O capitão Sanogo mantinha a sua intenção de convocar eleições, mas não podia dar uma data concreta, porque a situação crítica do país não poderia ser gerida pelos civis. Solicitou que fosse criada uma coligação de forças militares da CEDEAO para travar o progressivo avanço dos rebeldes e dos islamitas radicais.

O estado começou a desgastar-se com o controlo dos rebeldes, os alimentos e o combustível começaram a escassear, a instabilidade era geral, o que levou os líderes do MNLA a aceitar um cessar-fogo, conforme as exigências da resolução do Conselho de Segurança da ONU, dos Estados Unidos, da França e dos estados da região. Também anunciaram a libertação de todo o território de Azauade no norte do país (Rosales, 2016, p.71)

No mês de abril, quando os golpistas comandados pelo capitão Sanogo, entregam o poder à Assembleia Nacional do Mali, o presidente Amadou Touré renunciou ao poder. Foram convocadas eleições, ganhas por Ibrahim Boubacar Keita, comprometido a conter as rebeliões tuaregues, combater o terrorismo e instaurar a estabilidade política, social e económica do país.

O presidente também foi derrubado por um golpe militar. Para combater o terrorismo, o Chefe de Estado maliano considerou que pedir ajuda militar externa seria muito mais eficaz. As tropas francesas foram-se instalando de forma progressiva no país, com o objetivo

³⁰UA (União Africana). É a máxima organização internacional do continente africano, da qual fazem parte os 55 Estados de África, foi fundada em 2002 e é sucessora da Organização da Unidade Africana. Tem a sua sede em Addis Abeba, na Etiópia.

de recuperar a sua zona norte e evitar a ocupação dos terroristas na capital Bamako. André Bougeot, antropólogo e especialista no caso do Mali, afirmou “não nos podemos esquecer que o presidente Ibrahim Boubacar Keita chegou ao poder graças ao apoio francês” (Tv5, 2020). O convite do Presidente é interpretado pelo povo como uma invasão e pelos militares locais como uma falta de consideração e, sobretudo, uma falta de soberania e autodeterminação militar. No ano de 2018 provoca a saída do povo maliano para as ruas. Os militares locais também organizaram greves contra a presença militar francesa. No decorrer do mesmo programa televisivo em que participaram o antropólogo André Bougeot, e Thierry Oberlé, autor do livro “Nossa Guerra Secreta no Mali”, e Patrik Steiger, comandante das forças armadas francesas, fez-se uma sondagem via Twitter sobre a permanência militar francesa no Mali 53% dos respondentes foram a favor e 47% contra.

Contudo, houve manipulação textual da pergunta feita aos participantes. Com efeito, o teor da pergunta era o seguinte: “Devido aos ataques frequentes contra a população e as forças armadas malianas, lutamos há cinco anos para travar a carnificina e a insegurança do Estado maliano provocado pelos jihadistas. Segundo o vosso ponto de vista acham que as forças francesas devem permanecer no Mali?” A questão que deveria ser colocada era se as forças armadas francesas estão no país africano para proteger os civis e aos militares como é possível que essas duas fações da sociedade maliana estejam a manifestar-se contra a presença da armada francesa? (Le Figaro, 2018).

Em 2020, as forças armadas francesas, juntamente com outras forças externas, cresceram muito no Mali. Seidik Abba, jornalista nigerino e especialista em terrorismo no Sahel, afirmou que, para entender os motivos da unidade em protestos dos militares locais e civis, seria necessário salientar as responsabilidades políticas desses dois grupos (France24, 2020). Esperava-se que o presidente Ibrahim Boubacar Keita reforçasse o exército maliano e o dotasse de equipamentos militares. Pelo contrário, notou-se uma ausência de investimento no exército e a ausência de uma tática militar para combater o terrorismo.

Uma das estratégias pensadas foi a autodefesa, através da distribuição de armas aos povos do norte do país. Para além de não ser considerada uma estratégia eficaz, provocou novos confrontos étnicos no norte do país. Aos olhos dos civis e das forças armadas, o chefe de estado Ibrahim Keita e os militares estrangeiros não estavam a zelar pelos interesses do povo maliano. O descontentamento dos civis que o culpavam, levou a que comesçassem a pedir a demissão do Chefe Estado. Em agosto de 2020, ocorreu um novo golpe de estado, protagonizado por um grupo militar.

O Presidente e o Primeiro-ministro foram condenados a prisão domiciliária. A comunidade internacional e regional condenou a interrupção do mandato do Presidente.

Os grupos golpistas, como foram chamados, declararam que não tinham intenções de tomar o poder e, por tal motivo, criaram um Comité da Saúde Popular (CNSP) (Ortm1, 2020)

Em 19 de agosto de 2020, o porta-voz Ismael Wague declarou na televisão do país, a ORTM1, que :

“A Democracia devia garantir a liberdade e a seguridade dos cidadãos, mas a corrupção dos governantes provocou que os malianos acabaram por serem uns refugiados dentro do seu próprio país. A falta de eficácia para garantir direitos constitucionais como a integridade nacional e coesão social, obrigou-nos a ter de afastar o chefe de Estado”
(Wague, 2020)

No mesmo comunicado, convida a sociedade civil e os movimentos sociopolíticos a juntarem-se ao seu grupo para criarem melhores condições para uma transição política civil e organizarem eleições fiáveis. Desta forma, o grupo militar confirmou a sua intenção de devolver o poder do estado aos civis (Dakaractutv, 2020).

Clement Dembele, membro da coligação da oposição M5, definiu como legítimo o esforço do grupo militar, defendeu uma transição política pacífica, e que deveriam ser evitadas sanções internacionais contra povo maliano (France24, 2020). Todavia, a comunidade internacional manteve as sanções ao país.

Para além de ter intenções de garantir uma transição política estável, a CNSP, consciente das ameaças dos terroristas e de que mais do 50% do território nacional estava controlado e ocupado pelos jihadistas, conseguiu estabelecer uma negociação através de um diálogo nacional inclusivo (Tv5 info, 2020).

2.1.2. Presença militar francesa no Mali (a Guerra Justa)

As intervenções das forças francesas no Mali começaram em janeiro do ano de 2013, durante a presidência de François Hollande. A França lança a maior operação militar de sempre. Cerca de 4000 soldados franceses iniciam a que é conhecida como a Operação Cerval. Segundo a perspetiva francesa, o envolvimento no Mali é uma “guerra justa”, perspetiva aceite pela comunidade internacional. Em 29 de maio, o Ministro da Defesa francês envia um documento ao Presidente da República, propondo organizar um aumento das Forças Armadas do Mali (FAM), mobilizar a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CDEAO) e implantar uma missão da União Europeia para treinar o FAM. As estratégias foram aprovadas pelo conselho restrito do Eliseu (Perez, 2020, p.47, Oberlé, 2013, p.17)

Enquanto estava a decorrer uma reunião informal dos Ministros da Defesa da UE (União Europeia) no Chipre (26 de Setembro), ele solicita a Catherine Ashton, a chefe da diplomacia europeia, para formular propostas perante o caso Mali, enquanto no mesmo

momento o Presidente François Hollande, na tribuna da ONU (Organização das Nações Unidas) tenta convencer a comunidade internacional da urgência do que supõe serem soluções para os conflitos armados na região do Sahel. É preciso salientar que tinha havido um ataque ao consulado norte-americano do Benghazi (Líbia) (12 do setembro) em que onde o embaixador Christopher Stevens perdeu a vida. Essa perda incrementou a consideração da comunidade internacional às propostas do estado francês (Oberlé, 2013, p.28).

No documento classificado como “Defesa confidencial” (pelo Ministério da Defesa francês) apela a um apoio mais direto do FAM e do CDEAO a um envolvimento militar e ao desdobramento de forças com apoio aéreo.

Considerada como uma prioridade extrema para o estado francês, a região do Sahel concentrou a força militar francesa: satélites, aviões, espões e vigilância eletrônica. Todo esse investimento militar francês não impediu a França de exigir mais apoio das forças armadas da EU, pois a armada maliana não tinha capacidade para executar uma intervenção rápida. Para além disso, proteger os cidadãos e evitar que o país fosse convertido num santuário para os terroristas permitia garantir a paz na Europa – o Mediterrâneo é a porta de entrada no continente europeu. Para o governo francês a grande maioria dos terroristas que se encontravam envolvidos nos ataques terroristas na Europa provém dessa região. Numa das suas declarações o Ministro da Defesa declarou: “Se hoje nós não combatermos no Sahel, amanhã vamos acabar combatendo dentro do Marselha” (Oberlé, 2013, p. 27) Com essas declarações fez um convite para as outras tropas da UE. Acresce que a intervenção dos militares franceses no território do Mali teve grande aceitação devido à intervenção americana no Iraque.

Em suma, as declarações dos governantes franceses justificaram a legitimidade das intervenções das forças armadas francesas no Mali.

2.1.3. Antecedentes da guerra do Mali

Para conhecer as circunstâncias em que se encontra a sub-região africana do Sahel não devemos apenas referir o terrorismo. Há outras causas.

2.1.3.1. Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI)

A Al Qaeda do Magreb³¹ Islâmico é o grupo terrorista que está a protagonizar os conflitos armados no norte do continente africano e na região do Sahel.

Trata-se de um grupo recente que tem as suas origens nos anos 90 na guerra civil da Argélia e foi criado pelo Grupo Salafista. Chamava-se Grupo Islamista Armado (GIA), mas decidiram mudar o nome pela extrema radicalização e mortes contra os próprios muçulmanos. Atuava apenas de forma doméstica e os seus objetivos estavam ligados apenas

³¹ Magrebe. Al-Maghrib, que significa "poente" ou "ocidente" É a região noroeste da África.

Em sentido estrito, ("Pequeno Magrebe" ou Magrebe Central) inclui Marrocos, Argélia e Tunísia. O Grande Magrebe inclui também a Mauritânia, Líbia e Saara Ocidental. Na época do Império Romano, era conhecido como África Menor.

ao seu próprio país, mas em 2006 ligam-se oficialmente ao movimento da Al Qaida. (Lasserre, 2013, p.72, Priso, 2014, p.68, Perez, 2020, p.36)

O AQMI também tem uma relação com o grupo Movimento para a Unificação Jihadista da Africa Ocidental (MUJAO), comandado por um mauritano. É composto por diversas nacionalidades: argelinos, nigerinos, malianos, tunesinos...etc. Um dos principais dirigentes do grupo é o argelino Mokhtar Belmokhtar, também conhecido como Khaled Aboul Abbas, que recebeu a sua formação militar no Afeganistão nos campos de Bin Laden, onde combateu contra o exército dos Estados Unidos. Combateu também na Argélia e na região do Sahel (Lasserre, 2013, p.72, Priso, 2014, p.68, Perez, 2020, p.22)

O AQMI passou a ser um grupo com fundamentos ideológicos jihadistas³², com objetivos políticos, sociais e económicos. O seu financiamento evoluiu do contrabando artesanal com os argelinos, para o turismo ocidental; os argelinos começaram a raptar austríacos, espanhóis, suíços, italianos... etc. Atacavam cidadãos de países ocidentais que pagavam sem fazer muitas perguntas, pois o essencial era salvar os seus compatriotas. A delegação financeira do Conselho Federal Suíço tem, por exemplo, uma linha de crédito de 5,5 milhões de francos suíços para cobrir os custos dos casos dos reféns helvéticos no Mali. Essa política de negociação a todo o custo acaba por trazer consequências nefastas. De 2007 a 2009, o número de sequestros de ocidentais aumentou de quatro para dezanove. A ex-embaixadora dos Estados Unidos no Mali, Vicki Huddleston, disse o seguinte numa entrevista ao canal televisivo I-Tele: "Os europeus pagaram mais de 70 milhões de euros entre 2004 e 2011... Os governos negam o pagamento de resgates, mas todos sabem que, o dinheiro passa de mão em mão até acabar no tesouro do AQMI" (Lasserre, 2013, p.122). O dinheiro passa pela presidência do Mali antes de ser distribuído a intermediários que exigem o seu dízimo e o entregam aos grupos armados (Lasserre, 2013, p. 122).

Esses pagamentos fazem desenvolver cada vez mais a organização criminosa, sendo usados para iniciar operações em grande escala. Os jihadistas também usam esses fundos para atrair ajudas e alimentos por meio de doações, e obterem a cumplicidade dos moradores do deserto. Esses cidadãos costumam ser marginalizados pelo governo central, pois a exportação dos seus recursos naturais apenas beneficia as grandes cidades. Os jihadistas conseguem através da "batalha pela conquista dos corações", recrutar os mais jovens, maioritariamente da etnia Tuaregue.

2.1.3.2. Etnografia do MALI

A instabilidade política nos estados africanos resulta também da distribuição étnica pelos territórios. No Mali, há 22 etnias diferentes, com impacto significativo na divisão do

³²Jihadista. Praticante do jihadismo, conceito que provem da palavra jihad. Surgiu pela primeira vez na imprensa do subcontinente indiano para designar a ação dos grupos de combatentes que operavam em Caxemira mediante ações de guerrilha e atos terroristas, reclamando o território em nome do Islão. Estes grupos foram designados como jihadistas após os atentados de 11 de setembro nos EUA, o termo generalizou-se e hoje tende a designar o islamismo extremo.

território, uma parte a norte e outra a sul, subdivididas no seu interior. As suas fronteiras não são visíveis politicamente, mas demograficamente. Na maior parte dos casos são mais significativas do que as fronteiras administrativas “artificiais” que demarcam o território nacional. Um dos grupos mais importantes do país é os mandingas, fundadores do Império do Mali³³. Encontram-se originariamente no sul do país, associados a uma série de etnias ligadas, que pertencem ao mesmo grupo linguístico. Estas, ligadas desde a lagoa do Debo ao Alto do Níger até oeste do Atlântico, são as seguintes: os Sonikó ou Soninké, que ocupam uns 800 kms e habitam a noroeste de Bamako, na zona Saheliana da Cuenca do Senegal, até à fronteira com Mauritânia. São descendentes do Império do Ghana³⁴ e vivem na região há milhares de anos (Julivert, 2003, p.262). Os Bambaras ou Baman vivem do Oeste ao centro do país.

A etnia tuaregue é causa principal da divisão territorial. Com convicções homogêneas para preservar a sua identidade cultural acaba sempre por colidir com as leis estatais, vivam onde viverem. Como se encontravam dispersas por diferentes estados da região, o caso do Mali não pode estar sediado apenas no território maliense.

Os Tuaregues perderam a guerra contra os colonizadores. O trabalho de pacificação forçou as tribos a uma forma flexível de submissão. Os Tuaregues viviam como queriam e os franceses dependiam de chefias tradicionais para garantir a estabilidade social.

Os Tuaregues vivem entre dois mundos, entre os árabes a norte e, os negros no sul do deserto do Sahel, razão pela qual nunca se sentiram identificados com os objetivos de uns e outros. Lembramos que, na sequência da Conferência de Berlim³⁵, os territórios africanos foram divididos e unidos em função dos interesses das antigas metrópoles, sem considerar a identidades dos povos nativos que neles habitavam. Por exemplo, os Tuaregues ficaram asfixiados no interior de diferentes estados comandados tanto pelos negros como pelos árabes (Oberlé, 2013, p.162)

Durante os anos 60, quando os estados africanos celebravam as suas independências, os Tuaregues sempre se opuseram a fazer parte do resto do território do Mali. Com as independências, ficaram no interior de um território desenhado pela França e após a

³³O Império do Mali foi um império pré-colonial africano, da época da Idade Média, existente entre 1235 e 1670, na região de Manden, nos atuais Mali, Serra Leoa, Senegal, Gâmbia, Guiné e sul do Saara Ocidental. Este Império foi um dos mais poderosos da história da humanidade, sendo uma das maiores potências da Idade Média, além de um dos mais ricos em ouro e pedras preciosas.

³⁴Império do Gana. Foi um antigo império que dominou a África Ocidental durante a Idade Média. Estava localizado entre o deserto do Saara e os rios Níger e Senegal, muito para norte do país atualmente chamado Gana.

O império não tinha nome: então, passou a ser chamado "Gana" (que significa "chefe guerreiro") o qual na verdade era o título do líder desse império. Foi provavelmente fundado durante a década de 300, desde essa data até 770

³⁵Conferência de Berlim. Também conhecida como conferência da África Ocidental ou Conferência do Congo, realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, marcando a colaboração europeia na partição e divisão territorial da África. Organizado pelo Chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, o evento contou com a participação de países europeus (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia e Suécia) mas também do Império Otomano e dos Estados Unidos.

independência, os franceses entregaram o poder aos Bambara (negros) para comandar todo o território do Mali. A etnia nômada ficou dispersa por cinco países diferentes: Argélia, Burkina-Faso, Líbia, Mali e Níger, tendo sofrido as consequências da independência nacional e das secas. As independências africanas nos anos 60 são considerados o início da submissão aos negros e aos árabes. Desde a independência, as decisões tomadas em relação ao norte de Mali nunca permitiram satisfazer as exigências dos Tuaregues, que se revoltaram contra os malianos. Nos anos 90, houve uma guerra que durou cinco anos, e 200.000 Tuaregues exilaram-se (Oberlé, 2013, p.156)

Desses conflitos internos resultaram processos de criação de partidos políticos para alcançar uma independência total, ou simplesmente um federalismo no norte do país. É nesse contexto que nasce o Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA), que tem um papel relevante na guerra do Mali.

2.1.3.3. O MNLA

Moussa Ag Assarid, um literário e ao mesmo tempo ativista político afirma:

“Não sei a minha idade, nasci no deserto do Sahara, pastor de vacas e camelos do meu pai. Sou um tuaregue, coberto por uma tela azul belíssima, nos chamavam de homens azuis por isso. O tecido desbota algo e a nossa pele assume tons azulados. Para os tuaregues o Axum é a cor do mundo, o azul do céu é o telhado da nossa casa no deserto. Tuaregue significa "abandonado", porque somos um velho povo nômade do deserto, solitário, orgulhoso: "Senhores do Deserto". O nosso grupo étnico é o Tamazight (berbere), e nosso alfabeto, o tifinagh, a nossa população está a diminuir, é preciso que desapareça uma cidade para sabermos que ela existe! denunciou um sábio. Luto para preservar o nosso povo” (citado por Mesa, 2016)

Esse testemunho ilustra a paixão que o Tuaregue tem pela sua cultura, e a vontade de ser dono do deserto em que vive, que considera ser o seu território. Os Tuaregues queriam preservar a sua identidade, administrar a sua terra natal segundo os seus princípios e leis autóctones: “No deserto não há engarrafamentos, nós somos nômadas”. A ansiada liberdade do povo dos homens azuis não fica apenas exposta em papéis, mas também em ações concretas. Uma delas é a criação do movimento MNLA, que reivindica para si a gestão do território do norte do país, o Azawad³⁶.

O MNLA tem a sua origem no MNA (Movimento Nacional da Azawad), um movimento que tinha como objetivo afirmar uma autonomia cultural e económica dos Tuaregues e era constituído por jovens intelectuais formados no país vizinho, Argélia, ou na Líbia. Tratava-se de um movimento de cariz pacífico. O reforço de 2.000 mercenários que

³⁶Azawad. É uma área do deserto do Saara e da zona do Sahel. Há fontes que o definem como compreendendo as regiões do Mali situadas em volta das cidades de Tombuctu, Kidal e Gao, bem como parte da região de Mopti, o norte do Níger e o sul da Argélia, enquanto para outros apenas compreende o norte do Mali.

vieram de Líbia fez alterar a sua natureza pacífica, e por isso o MNA passou a chamar-se MNLA. Esta passou a ser uma organização criminoso, pois, desde janeiro de 2012, começaram a destruir as armas das forças locais do norte do país, a roubar os comerciantes, violar mulheres... etc. A região entrou num constante clima hostil e o clichê do digno e majestoso Homem Azul estilhaça-se para dar lugar à imagem do bandido das areias. O norte passou a ser um cenário de conflitos entre Tuaregues e outras etnias locais, como os Fulas e os Songai, até conflitos contra outros Tuaregues, “os laicos”. Devido ao clima instaurado na região, os Tuaregues são expulsos das grandes cidades. O grupo MUJAO destrona o MNLA e expulsa as forças armadas de Bilal Ag Acherif, o secretário geral do MNLA (Lassere, 2013, p.97)

O norte do país tem uma tendência belicosa, porque a maior parte dos habitantes vivem no sul do país, de onde são originários os grupos Mandingas e Bambaras. É também no Sul que se situa a capital do país Bamako, com instituições administrativas que permitem os povos locais do sul de terem um nível de vida acomodada. Embora os recursos naturais do país, como o ouro, se encontrem no norte do país, os povos desta região vivem na pobreza. Basicamente, o norte possui os recursos, mas não disfruta dos mesmos, porque os habitantes do sul são os que monopolizam e controlam todo o país, unicamente para o benefício local. Este é um dos principais problemas do país.

O espaço geográfico do norte, denominado Azawad, espaço reivindicado pelos rebeldes Tuaregues, é uma região desértica maior do que a França. Tem pouco mais de um milhão de habitantes, incluindo 400.000 Tuaregues (Oberlé, 2013, p.157). Desde há mais de meio século que os Tuaregues reivindicam a emancipação do norte do País e, na primavera de 2012, por alguns meses, a fundação do estado deixou de ser apenas uma miragem. Os membros do movimento formaram uma aliança com os jihadistas, mas no fundo sabiam que pactuar com os terroristas iria ser no futuro, uma grande ameaça.

O movimento tuaregue não quer ser visto como um grupo criminoso e, por isso, estão dispostos a negociar com o governo do Mali a criação de um Estado Federado em que tenham autonomia para administrar a sua própria terra e preservar a sua identidade.

2.1.3.4. Invasão na Líbia e a morte de Gaddafi

Não houve registos de mortes entre as forças armadas francesas e os civis líbios. Dois anos antes de ser eleito presidente da República Francesa, em 6 de outubro do ano 2005, Nicolas Sarkozy, ainda como Ministro do Interior, viaja à Líbia para um encontro com o presidente Muhammad Gaddafi. O ministro francês era visto como um líder íntegro que queria melhorar as relações da política externa francesa, em especial com os países africanos; essa era uma opinião que partilhavam Gaddafi e o seu grupo governamental, razão pela qual o

tema fundamental foi a proposta da criação e fundação dos Estados Unidos de África³⁷ (Kah, 2016, p.164). Este não é um desejo recente no continente africano. Foi o objetivo dos primeiros líderes fundadores da Organização para Unidade Africana (OUA), como Haile Selasse ou Kwame N'kruma. Muhammad Gaddafi achou que era o melhor momento para realizar o sonho tão desejado há muitas décadas. Sabia que a França era o maior opositor ao projeto, e por isso era importante reunir-se com Nicolas Sarkozy. Ambos concordaram em cooperar para estabelecer as condições necessárias para o nascimento dos Estados Unidos de África (EUA). (Imineo Documentaires, 2017)

Em todas as suas intervenções, Nicolas Sarkozy declarava a importância dos Direitos Humanos. No seu primeiro discurso como Chefe de Estado, manifesta a intenção de criar a União Mediterrânea, que associaria países africanos do norte, europeus e Médio Oriente, Sarkozy contava com o apoio de Gaddafi.

Em 2007 (em 25 de julho) o Presidente francês reúne-se com o seu homólogo líbio, com a intenção de criar “um cordão de defesa comum”, expressão diplomática que na verdade se baseava na venda de armas de destruição massiva. Não chegaram a qualquer acordo sobre as aspirações pan-africanistas. Os líbios assinaram o acordo de defesa comum que, mais uma vez, promovia a imagem do presidente europeu, porque assinalava que estava a cumprir as promessas eleitorais. Em contrapartida, Gaddafi não estava a conseguir atingir os seus objetivos. Embora tivesse confiança em Sarkozy, decidiu reunir-se novamente, em França, com o homólogo francês, determinado a insistir nos acordos para criar os EUA. A receção do mandatário líbio foi de tal maneira majestática que a reunião prevista para três dias, se estendeu por mais seis dias. O prolongamento da estadia do presidente líbio por tanto tempo incomodou os franceses. Por isso, o governo de Sarkozy condenou Gaddafi, dirigindo-se a ele como “O Ditador”. Para os líbios, isto foi um balde de água fria, descobrindo que todo o historial de relações amistosas entre os dois governos era apenas hipocrisia. O governo líbio deixou de fazer favores ao presidente Sarkozy e, por isso, este procurou outro aliado na África do Norte, o presidente egípcio Hosni Mubarak, para executar o seu plano de União Mediterrânica. Na “Primavera Árabe”, em 2011, Sarkozy apoia aos rebeldes líbios, defende que Gaddafi deve abandonar o poder e recebe o dirigente do Conselho Nacional de Transição na Líbia, Ali Zeidan.

Entretanto, Gaddafi confessa numa entrevista que está muito descontente com Nicolas Sarkozy, tendo admitido que “*Quando Sarkozy era ministro, veio aqui pedir várias ajudas e até financiei a sua campanha política para chegar a ser presidente*” (Imineo Documentaires, 2017).

³⁷Estados Unidos de África. É um conceito proposto para uma federação de alguns ou de todos os 55 estados soberanos do continente africano. O conceito tem a sua origem no poema de Marcus Garvey Hail, United States of Africa de 1924. A ideia de um estado africano multinacional unificado tem sido comparada a vários impérios medievais africanos, incluindo o Império Etíope, o Império do Gana, o Império do Mali, o Império Songai, o Império do Benim, o Império de Canem e outros estados-nação históricos.

Em março de 2011 Nicolas Sarkozy envia militares franceses para bombardear a Líbia, justificando-o por motivos humanitários, i.e., para salvar a população do Benghazi do jugo do regime do Kaddafi (Lasserre, 2013, p.64).

A morte de Gaddafi teve impacto no Sahel, pois a guerra do Mali é uma consequência da invasão da Líbia:

“Ninguém o quer dizer claramente, mas foi a queda do Mubammad Gaddafi que provocou tudo isto, ele era uma espécie de padrinho, financiou muitos países da região, desde a sua queda, destabilizou-se tudo desde Mauritânia até Chade”. O general Vincent Desportes, antigo diretor da Escola de Guerra também afirma que, a guerra do Mali é uma consequência direta da intervenção francesa na Líbia, porém, o que está a acontecer hoje, é apenas uma segunda volta da guerra da Líbia (Oberlé, 2013, p.37) Porque afirmam isso? São dois países diferentes que nem têm fronteiras comuns, aparentemente parece impossível que tais afirmações possam ser sustentadas, mas, assim havia um fator crucial, que são as etnias, concretamente a etnia dos nómadas do deserto, os homens azuis que não se identificam com os estados onde estão inseridos. Mais uma vez, esse facto mostra a tal fraqueza das fronteiras políticas dos estados africanos que foram traçadas na Conferência de Berlim, pelas potencias coloniais europeias. (Capossa 2005, p.10).

Gaddafi tinha a intenção de federar os Tuaregues que erravam entre os estados da Argélia, Burkina-Faso, Líbia, Mali e Níger, num estado federal chamado o Grande Sahara. Tinha acolhido os homens azuis, tendo-os financiado e formado educacional e militarmente. Após a queda de Gaddafi, os Tuaregues ficaram abandonados, desprotegidos, muitos foram expulsos dos seus lares, imersos numa pobreza profunda, e por isso, alistaram-se no Serviço do Guia líbio. Após a queda do regime líbio, voltaram para as suas casas e os seus combatentes reforçaram o número de islâmicos no Mali. (Rosales, 2020, p.66).

Os bombardeios franceses na Líbia foram uma verdadeira bênção para os interesses dos terroristas, pois após a morte de Gaddafi o estado desmoronou-se. Os arsenais líbios foram saqueados pelos jihadistas, o país inteiro tornou-se um arsenal a céu aberto. (Oberlé, 2013, p.149).

Em suma, a queda de Gaddafi desestabilizou toda a região, disseminando terrorismo nos países da África subsaariana, tais como o Mali e o Níger.

2.2. Guerra no Mali

A guerra foi provocada por Nicolas Sarkozy, mas a intervenção no solo maliano é feita já no governo do presidente François Hollande.

Antes de o estado francês entrar de forma oficial na guerra do Mali, o Estado-Maior General delineou quatro etapas para serem executadas: libertar o Mali, localizar os reféns e

seus raptos, limitar as capacidades da intervenção dos grupos a longo prazo e transferir a responsabilidade da área para as forças das Nações Unidas e para a União Europeia.

A intervenção francesa, “Operação Serval” conseguiu reconquistar todas as grandes cidades do norte do Mali de forma rápida. Apesar da sofisticação tecnológica, os militares franceses ficaram espantados com a quantidade de armas que descobriram durante o desmantelamento dos campos dos grupos terroristas. Ficaram também impressionados com o domínio que aqueles grupos possuíam das modernas técnicas e tecnologias, quer se tratasse de grelhas de codificação que permitem disfarçar a voz nas comunicações telefónicas, de sistemas de ocultação do calor emitido pelos veículos ou de modelos de comunicação por satélite. (Oberlé, 2013,36).

2.3. *Caso Níger*

Como acontece na generalidade dos Estados africanos, a maioria da população, desloca-se para as grandes cidades, especialmente para as capitais, por causa da falta de descentralização dos governos. No Níger, a maior parte dos nigerinos vivem em Niamey. No centro-sul, uma área extensa coberta de muitos quilómetros desérticos e uma das zonas mais ricas em termos de recursos naturais, a população local não se sente muito satisfeita por ver os estrangeiros a decidirem sobre o seu “deserto”. O povo nigerino descreve o deserto como fonte de vida. Os Tuaregues residentes no Níger criaram o movimento Movimento dos Nigerinos para a Justiça (MNJ)³⁸ para negociar diplomaticamente com o governo do Niamey.

Mohammad Autchiki, comandante do MNJ, declarou:

“O problema está inserido nos nossos recursos naturais, não queremos que se aproveitem deles para criar bombas e armas de destruição massiva, queremos uma repartição equitativa dos ganhos obtidos dos nossos solos, para assim podermos investir nas nossas cidades, alimentar uma administração local que possa melhorar as condições vitais dos povos nativos, mas em contrapartida, as nossas cidades já cederam as mineiras a empresas multinacionais, e a população local apresentasse com uma alta taxa de mortalidade, por serem considerados um obstáculo para as reivindicações do governo do Níger, mas a mortalidade também aumenta pelas doenças que propagam as minas exploradas pelas empresas estrangeiras” (Investigations et Enquetes, 2016).

³⁸MNJ. Movimento dos Nigerinos para a Justiça (em francês: Mouvement des Nigériens pour la Justice, MNJ) é um grupo militante predominantemente de etnia tuaregue, do norte do Níger. Entretanto, o MNJ também tem incluído outras etnias nómadas dentro desta área, como os Tubus e os Fulas, que também se juntaram ao grupo, e que tem lutado contra o governo do Níger desde 2007.

Os membros do MNJ reivindicam e propõem que 50% dos ganhos obtidos das explorações dos recursos naturais, sejam investidos na melhoria das condições gerais da população local.

O urânio é a matéria-prima que cria muitos conflitos no norte do Níger. Os “protagonistas” da sua exploração são empresas estrangeiras, tais como as multinacionais francesas, Cominak, Somair, Ecogema, SogeaSatom e Areva. Há 40 anos que se extrai o urânio no Níger e a multinacional Areva é a que mais beneficia, extraíndo 100.000 barris. O país beneficia apenas de 3.000 barris, os restantes são exportados para a Europa (Investigations et Enquetes, 2016, Penna, 2014, p.162). A empresa francesa Areva, ou “o mastodonte nuclear”, detém o monopólio da extração do urânio e representam 75% da produção elétrica que as centrais nucleares francesas produzem num ano (Marques, 2017, p.55). Este privilégio gera elevados ganhos económicos para a França, e terá certamente desempenhado um papel na decisão de François Hollande de enviar militares para conter a progressão do MNJ. A defesa do local de extração de urânio para abastecer as fábricas em França tornou-se uma prioridade para Paris desde o surgimento em abril de 2012 dos jihadistas. No entanto, o grupo nuclear francês apoia o MNJ, para impedir que outras sociedades empresariais se estabeleçam na região e para desta forma continuar a manter o monopólio nuclear. (Oberlé, 2013, p.145).

Em janeiro de 2013, o presidente nigerino Mahamadou Issoufou, ex-executivo da Areva, deu a sua aprovação ao Ministro da Defesa da França, Jean-Yves Le Drian, para a implantação do COS (*Commandement des Operations Speciales*) próximo dos locais de mineração de urânio da empresa.

Foi assim que, pela primeira vez na história as forças especiais do estado francês participaram na defesa de interesses privados (Oberlé, 2013, p.150).

Como bem sabemos, as empresas francesas acedem de forma preferencial aos contratos, em comparação com outros países ocidentais e, também às áreas geográficas que têm matérias-primas abundantes, para serem exploradas pelas mesmas, transformando a energia nuclear e vendendo-a por milhares de euros pelo mundo todo. Por exemplo, a empresa Areva é a fornecedora da central nuclear de Fukushima, outro exemplo, que podemos mencionar é o negocio feito entre França e a China, através da empresa Areva, que vendeu dois reatores nucleares de terceira geração European Pressurised Reactor (EPR) que traduzido para português significa Reator Pressurizado Europeu, acompanhado também do combustível necessário para o seu funcionamento. “O montante total foi de 8 milhões de euros, foi considerado como o maior contrato da história, no respeitante ao campo nuclear”, afirma sorridente e empolgada a responsável de Areva, Anne Lauvergeon. Estas grandes centrais nucleares serão construídas na província de Guangdong. (Investigations et Enquetes, 2016).

Em suma, o urânio extraído do Níger fornece eletricidade a várias latitudes do mundo, mas por outro lado, mais de 90% dos povos nativos sobrevivem na escuridão. Desta forma, podemos compreender o motivo pelo qual em países como o Níger há grupos rebeldes que de certa forma, e na sua perspectiva reclamam equidade, para que o povo local também possa beneficiar dos ganhos dos seus recursos minerais. Quando não obtêm os resultados pretendidos, responsabilizam os governos locais de pactuar com os crimes cometido pelas multinacionais estrangeiras. Há, por isso, um clima de conflito que produz uma grande instabilidade política, económica e social³⁹.

2.4. *Ballack Jihad (Consequência do Caos no Sahel)*

Após a desintegração do estado líbio, surgiram vários rebeldes Tuaregues que se juntaram ao movimento jihadista do norte da África, ao AQMI e a criação do Ansar Dine⁴⁰. Desde 2012 a região Saheliana tornou-se um polo de atração de candidatos europeus a jihadistas, em particular dos convertidos franceses ou de origem subsaariana, que se radicalizaram nas cidades dos grupos salafistas. Consideram o norte do Mali, um território libertado ou “terra santa”, que deve ser defendida com armas quando é atacada. A ocupação do norte do Mali pelos islâmicos favoreceu o aparecimento de uma “jihad negra”. Os negros agora estão a aderir à “guerra santa” e à luta contra os “descrentes”. Ibrahim Ouattara, um franco-maliano de 25 anos, nascido em Aubervilliers e preso em Sévaré em 2012, é apenas o exemplo mais notável. Não apenas os aprendizes jihadistas negros não fazem parte dos antigos setores conhecidos dos serviços de inteligência, mas a “Jihad Negra” também tem uma verdadeira capacidade de treino das populações muçulmanas africanas da França. Cem mil malienses vivem agora em território nacional francês, principalmente em Montreuil, nos subúrbios de Paris. A Diretoria Central de Inteligência Interna (DCRI) monitora, entre eles, muitas vezes salafistas binacionais. A jihad também está a recrutar senegaleses e nigerianos; os grupos armados islâmicos agora atraem uma ampla variedade de indivíduos, recrutam pessoas de todas as classes sociais, seduzem mulheres e estão a crescer exponencialmente na Internet. (Oberlé, 2013, p.46).

A partir do momento em que os jihadistas conseguiram atravessar o Magrebe chegando até ao Sahel, todos os grupos locais separatistas da região, que lutavam e reivindicavam os seus respetivos estados e certas autonomias, acabaram por se radicalizar. Veja-se o grupo MNLA no Mali, o MNJ no Níger e a Nigéria. A jihad está no coração do continente africano, a “África Negra”. Por exemplo, o Boko Haram, grupo nigeriano, já matou dezenas de milhares de pessoas e deslocou 2,3 milhões de pessoas das suas casas. Foi

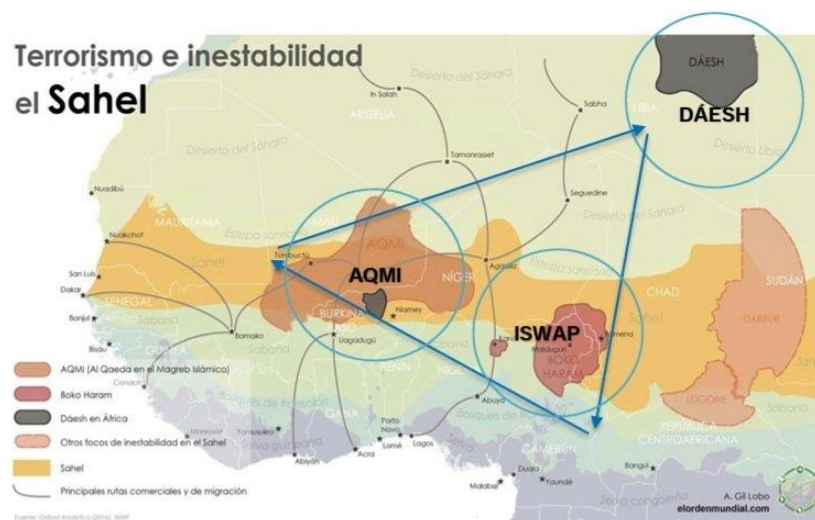
³⁹Estado Falhado. são termos políticos que designam um país no qual o governo é ineficaz e não mantém de fato o controle sobre o território, o que resultaria em altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, poder judiciário ineficaz, interferência militar na política, além da presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de fato parte ou todo o território.

⁴⁰ Ansar Dine (também escrito como Ancar Dine, Ancar Deen ou Ansar al-Din; em árabe: ‘defensores da fé’) é um grupo islâmico liderado por Iyad Ag Ghaly, no Mali. O grupo foi formado em 2012.

considerado em 2015 o grupo terrorista mais mortífero do mundo, de acordo com o Índice de Terrorismo Global. (Veríssimo, 2015).

No Chade, outro país do Sahel, que faz fronteira a norte com a Líbia, a oeste com o Níger e a sul com a Nigéria e os Camarões, há um grupo terrorista denominado Força da Alternância e Concórdia do “Tchad” (FACT). Tal como o MNLA e o MNJ, foi um grupo resultante diretamente da destabilização do regime de Kaddafi, sendo composto maioritariamente pela etnia goram. Esta, tal como os Tuaregue, também habita no deserto (RFI, 2021).

O seguinte mapa mostra os grupos terroristas que estão ligados à jihad, e já estão estabelecidos/fixados em extensões consideráveis de certos países de África.



Pilar Rangel (2020)



Juan A. Tebas (2027)

Conclusão

Para concluir, gostava de mencionar um ditado africano "Sankofa" que significa voltar a adquirir conhecimento do passado, sabedoria e busca do património cultural dos ancestrais para construir um futuro melhor. Podemos exatamente adaptar esse ditado a esta dissertação, da seguinte forma: “não é descabido voltar ao passado, para compreender o presente e assim construir um futuro melhor”. Porque afirmo isso? Pois bem, porque para compreender a situação atual do continente africano, é imperioso conhecer a raiz desses estados que hoje compõem o nosso continente. Todos os acontecimentos atuais não podem ser compreendidos se nos focamos apenas no presente. Por esta razão, este trabalho foi elaborado para que os cidadãos, fora da realidade que vivem nos países africanos da zona franco, os ocidentais e os próprios africanos, possam tomar consciência das ocorrências originárias que afetam os países que foram objeto de estudo nesta dissertação, e não nos concentrarmos apenas, em factos simples e inconsequentes.

O ditado “sankofa” assenta como uma luva quando deliberamos sobre os problemas na área económica, social e política dessas nações; percebemos que a sua dinâmica torna certamente impossível qualquer avanço nas políticas de integração para envolver toda a sub-região ou toda a comunidade dos estados africanos. Por exemplo, o facto de existir uma moeda como o franco CFA paralisa qualquer tipo de ato que tenha como objetivo reforçar políticas comuns, especialmente no domínio económico.

Vimos como é impossível desvincular a Conferência de Berlim de 1884 dos vários fenómenos que ocorrem hoje. Aquelas fronteiras que fracionaram o solo africano, foram desenhadas única e exclusivamente para salvaguardar os interesses e a obstinação dos colonizadores. Independentemente de serem terras exóticas, nelas viviam seres humanos desde o surgimento dos primeiros *homo sapiens*, “negros”, mas humanos. Viviam com as suas famílias, que tinham uma forma indígena de se relacionar com o ecossistema que os cercava, bem como filosofias, espiritualidades, sistemas políticos, ética e moral. Tudo isso foi destruído com essas fronteiras impostas pelo Ocidente que separou nações que foram construídas ao longo de vários séculos de evolução das relações desses povos entre si e reuniu abruptamente etnias opostas e conflituosas numa mesma sociedade criada pelos colonizadores. Séculos depois, sem qualquer modificação cartográfica e demográfica, essas sociedades artificiais iriam tornar-se em novos países africanos. Por exemplo, no caso atual de Mali e Níger, os Tuaregues criaram grupos “terroristas” para lutar contra os governos instalados nas suas terras.

Devido a estes variados e incessantes conflitos étnicos há pequenos países, não reconhecidos, instalados noutros países: no Mali, o território Azawad, em Angola Cabinda, nos Camarões a Ambazónia, na Nigéria, o Biafra, na Etiópia, a Somalilândia, na Guiné Equatorial, a ilha de Bioko. Com a dinâmica interna dos estados africanos “fracos”, a tendência é para que surjam mais mini-estados ou novos estados. Todos esses fenómenos estão diretamente relacionados com a Conferência de Berlim de 1884, pois, os povos estão a romper as fronteiras projetadas e impostas por forças externas, que alteraram para sempre a coabitação e diversidade étnica e cultural.

Também há neste momento uma cadeia de golpes de estado precisamente nos países usuários do franco CFA da UEMOA. Há, todavia, uma grande diferença entre os golpes dos anos 60, 70, 80 ou 90 do século XX e os atuais. Estes são legítimos, pois têm o apoio da população dos respetivos países. No dia 14 de janeiro de 2022, cidadãos do Mali, civis, membros políticos, a viver no país e na diáspora manifestaram o seu apoio ao estado de transição e à permanência do atual presidente provisório, Assimi Goita. Apesar de o povo ser a favor do mandato que resultou do golpe de estado, a comunidade internacional, liderada pela França, impôs sanções ao país. É certo que vários meses após o golpe alguns chefes de estado, tais como Nana Adu Akufo, presidente de Gana, ou o Ministro das Relações Exteriores da Argélia, Ramtane Lamamra, intercederam a favor do Mali e condenaram a comunidade internacional. Os matemáticos dizem que "A ordem dos fatores não altera o produto", i.e. em vários casos semelhantes, neste caso independentemente do autor, do país ou da época, o veredicto da comunidade internacional é que se deve manter sempre o resultado. Veja-se o caso do golpe de estado de Thomas Sankara (1987), que resultou na morte de um Chefe de Estado. Todavia, a comunidade internacional não condenou nem sancionou o novo presidente. Veja-se também o golpe de estado na Líbia (2011), de que resultou a morte de um Chefe de Estado, Muammar Gaddafi. Mais uma vez não houve sanções contra o país, nem contra os novos membros do governo líbio. E mais, os vários líderes ocidentais manifestaram abertamente o apoio a esse golpe, como o então Presidente da França, Nicolas Sarkozy, um dos primeiros a reconhecer o grupo rebelde da CNT como representantes do estado líbio.

Os atuais golpes de estados como o de Burkina-Faso ou a da Guiné-Conacri, liderado pelo golpe do Mali, não são golpes que resultam em mortes ou maus-tratos e contam com o apoio maciço das suas respetivas populações. Do ponto de vista político, a legitimidade é um dos elementos mais importantes da democracia. Ora, o facto de um elemento externo não respeitar ou condenar a legitimidade de um determinado governo outorgada pelo seu povo soberano significa que ele está a interferir nos assuntos internos de um estado, tal como ocorre com a comunidade internacional. Os países africanos que conquistaram a sua independência foram "minados" com sucessivas manobras desestabilizadoras levadas a cabo por forças externas, perante as quais o silêncio da comunidade internacional é ensurdecedor.

Tal silêncio também contradiz a Carta das Nações Unidas, a lei que define as Relações Internacionais. Se olharmos para o preâmbulo da Carta, veremos que ela afirma que todos os estados são iguais, sejam grandes ou pequenos, que os direitos fundamentais e a dignidade de todas as pessoas devem ser preservados, independentemente de raça ou sexo. Mas na prática esse princípio não se adequa àquele silêncio. Na Carta de São Francisco, no primeiro capítulo, artigo 1º e n.º 2, afirma-se claramente que as relações amistosas devem ser desenvolvidas entre os estados com base na autodeterminação dos povos, o que implica a condenação da posição da comunidade internacional, que, longe de condenar, tenta justificar as ingerências quando os estados são batizados, sem consenso, como estados do “terceiro mundo”. Na realidade, o facto de um Chefe de Estado eleito pelo seu próprio povo ter sido assassinado com o apoio aberto dos membros do Conselho de Segurança da ONU não está em conformidade com as disposições da Carta. Após a morte de Muammar Gaddafi, todos nos lembraremos da famosa frase "We came, we saw, he died" (Nós viemos, vimos e ele morreu), seguida de uma risada.

A comunidade internacional condena a vontade de um povo soberano de escolher o seu próprio presidente, como no caso do Mali (2021). Tal significa que a soberania de um país existe desde que os interesses de forças externas estejam garantidos. Concluimos que, como nem todos os países são iguais aos olhos das Nações Unidas e determinados territórios serão sempre objetos de usurpação, então continuaremos a ter vários conflitos armados.

Cada povo tem o direito intrínseco de aceder à liberdade total, de encontrar os seus próprios métodos para promover o desenvolvimento das suas nações. A África também quer experimentar as suas próprias receitas nos seus países, para que os africanos não tenham mais ninguém a quem apontar o dedo. Nenhum povo é autossuficiente. É preciso que haja relações de cooperação e até de intervenção, desde que sejam de boa-fé, respeito e consentimento mútuo para encontrar soluções para os problemas. Mas é preciso começar por respeitar a vontade própria dos africanos. Quando nos referimos aos africanos, incluímos também a diáspora afro-americana ou caribenha, porque, como disse Kwame Nkruma, "Não é africano quem nasce -em África, mas é africano porque a África nasceu em ti".

Bibliografia

- Abizanda, F. (2020). Fuga de Capitales en Africa.
- Agbohhou, N. (2020). *Le Franc CFA et l'EuroContreL'Afrique*. Marseille: Sud Light Production
- Ahannougbe, S. M. D. (2018) Do reino de Daomé à República do Benin: resquícios da antiguidade política na forma atual.
- Andrade, G. I, (2014). A criação do Estado Fascista Francês e a perseguição aos Judeus, Revista Brasileira de História Militar, nº 14, pp. 41-56.
- Bankole, K. (2020). O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental, Brasília: Universidade Federal de Uberlândia
- Barry, B, (2003). Expressões da negritude na política, na poética, nas artes. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.
- Bonacina, A. (2018). A República Centro-Africana: tensionamentos históricos e desdobramentos políticos do governo Seleka. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Capossa, R. (2005). Algumas conseqüências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. *identidade!*, 7(7), 10-18.
- Chin, J. J., & Kirkpatrick, J. (2023). African coups in the COVID-19 era: A current history. *Frontiers in Political Science*, 5, 1077945.
- De Sousa, F. (2008). Dicionário de Relações Internacionais. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Dos Santos, V. (2009). Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Fatjó, P. (2017). La geopolítica de las bases militares (IV). *bie3: Boletín IEEE*, 1159-1179.
- Fernandes, L. N. (2012). União econômica e monetária a lá africana: o caso da UEMOA. *Revista Videre*, 4(7), 39-59.
- Foutoyet, S. (2009). Nicolas Sarkozy ou la Françafrique décomplexée. Bruxelles : Éditions Tribord.

Frankel, J. A. (2003). Experience of and lessons from exchange rate regime in emerging economies.

Freitas, G. S. P. (2021). OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS DA ARGÉLIA PARA A FRANÇA. *Cadernos de África Contemporânea*, 4(7), 31-47.

Guran, M. (2012). De fidalgo à agudá: A saga da família De Medeiros do Benim. *Locus: revista de história*, 18(2), pp. 21-28.

Held, J. F. (1961). *L'affaire Moumié*. Fenix: Paris.

Hinkeldey, B. (2011). La politique allemande de la Guinée vers 1970. *Outre-Mers. Revue d'histoire*, 98(372), 141-144.

Hugon, A. (2010). Le «NON» de Sékou Touré à travers les illustrations de la presse ghanéenne: (sept.-déc. 1958). *Le NON de la Guinée (1958)*. Paris: Editions L'Harmattan.

Julivert, M. (2003). *El Sahara: Tierras, Pueblos y Culturas*. Valencia: Universitat de València.

Kah, H. K. (2016). *Kwame Nkrumah and the Panafrican Vision: Between Acceptance and Rebuttal. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 5(9).

Kipré, P. (1989). *Le Congrès de Bamako ou la naissance du RDA*. FeniXX.

Knapp, A. (2007). Introduction: France's 'Long' Liberation, 1944–47. In *The Uncertain Foundation: France at the Liberation 1944–47* (pp. 1-22). London : Palgrave Macmillan UK.

Lassere, I. & Oberlé, T. (2013). *Notre Guerre Secrète au Mali*. Paris : Fayard

Marques, C. A. F. (2017). *Influência francesa em África no século XXI: o caso do Níger* (Doctoral dissertation): Universidade do Minho.

Mesa, B. (2016). La revolución tuareg: Entrevista con Moussa Ag Assarid. *Afkar ideas: Revista trimestral para el diálogo entre el Magreb, España y Europa*, (52), 29-32.

Moore, C. (2010). África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala.

Paim, M. L. (2016). Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado Pan-africanism: politics, liberation and statewatches Pan-africanismo: política, liberación y golpes de estado. *TEL (Tempo, Espaço e Linguagem)*

Penna, F, P. & Koffi, R. B. (2014). A França na África: as intervenções militares e suas motivações—o caso da Costa do Marfim. *Carta Internacional*.

- Pereirinha, T, Duarte J.S. (2023). Sargento da Cela 7. Leya. Lisboa: Oficina do Livro
- Pérez Venegas, M. (2020). Mali, un futuro incierto para un país en conflicto: Universidad Nacional de Educación a Distancia (España). Instituto Universitario "General Gutiérrez Mellado"
- Rechniewski, E. (2018). Why the War in Cameroon Never Took Place. In: Seeking Meaning, Seeking Justice in a Post-Cold War World. Brill.
- Rosales, L. P. (2016). De Imperio a Refugio Jihadista. El terrorismo etno-religioso en la crisis de gobernanza de Mali (2011-2015). RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas, 15(1).
- Sankara, T. (2020). Venceremos! - Discursos Escolhidos, (Tradução em Português). Lisboa: Falas Afrikanas.
- Schutzer, H. (2012). Os instrumentos estatais e a geopolítica das linhagens na África Subsaariana: poder legal versus poder tradicional—caso da Guiné-Conakry. Conexão Política, 1(1), 115-141.
- Sena, C. R. R. (2012). FRANÇAFRIQUE: a permanência francesa na África diante dos processos descolonizatórios. [*Tese de Grado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Económicas*]
- Smith, S. W. (2015). CAR's History: The Past of a Tense Present. In: Lombard, L.;
- Sotty, R. J. P. (2020). Los retos sociales y medioambientales de la política de las empresas francesas que operan en África del Oeste: impactos en el desarrollo local. Madrid: Universidad Pontificia.
- Touré, A. S. (1971). L'Agression portugaise contre la République de Guinée (Vol. 2). Konakry: Impr. nationale Patrice Lumumba.
- Turpin, F. (2008). Outre-Mers. Revue d'histoire. Paris: PremièreSemestre

Webgrafia

VERÍSSIMO, A. (2015). O terrorismo global em cinco gráficos. Jornal de Negócios. Data de edição 19/11/2013, consultado no dia 12/10/2021.

https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/o_terrorismo_global_em_cinco_graficos

RFI (2021) Tchad: qui sont les rebelles du Front pour l'alternance et la concorde au Tchad – le FACT? Consultado no dia 05/01/2021

<https://www.youtube.com/watch?v=d4RUrqpX6W0>

PILAR RANGEL (2020) #Sahel y #FinanciaciónTerrorista. TWITTER. Consultado no dia 18/04/2021 <https://twitter.com/pilarrangel69/status/1270604931972685825>

KEMI SEBA OFFICIEL (2020) Kemi Seba sur le franc CFA ECO de Macron: Un Acte Terroriste de la France. Consultado no dia 05/01/2021

<https://www.youtube.com/watch?v=kAiklBct3cQ>

JULIANA BEZERRA (2019) Guerra da Argélia Consultado no dia 14/03/2021

<https://www.todamateria.com.br/guerra-da-argelia/>

JEAN-PAUL LECOQ (2020) Contre la fausse réforme du Franc CFA. Consultado no dia 05/01/2021 <https://www.youtube.com/watch?v=rP6fCk2X1PE>

INVESTIGATIONS ET ENQUÊTES (2016) Niger, la bataille de l'uranium - Documentaire Enquête Consultado no dia 20/05/2021.

https://www.youtube.com/watch?v=EMjmb_vUqws

IMINEO DOCUMENTAIRES (2017) Le président et le dictateur - Sarkozy & Kadhafi. Consultado no dia 16/04/2021 <https://www.youtube.com/watch?v=KrJ5k12ACf0>

GWENN MUSIC(2012) Histoire du Franc CFA, interview complete de Nicolas Agbohohou. Consultado no dia 4/03/2021 Youtube

<https://www.youtube.com/watch?v=DQ5N9vvLjGQ>

GEORGES CABRAL(2017)La France aurait elle assasssinée le premier président togolais Sylvanus Olympio? Consultado no día 13/10/2020. Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=0ty7GvgxAPI>

FRANCE 24(2020) Afrique, 1960: quatre visages de l'indépendance. Consultado no día 5/11/2020 Youtube https://www.youtube.com/watch?v=20S7UH_mZaU

FRANCE 24 (2020) Les "diamants" de Bokassa, une épine dans le pied de Valéry Giscard d'Estaing. Youtube. Consultado no día 17/04/2021 <https://www.youtube.com/watch?v=UMb3bbUJWio&t=209s>.

FRANCE 24 (2020) Au Mali, le colonel Goita prend la tête de la junte, IBK toujours détenu. Consultado no día 17/10/2020 <https://www.youtube.com/watch?v=qepR3KYUYcE>

CHAINE UPTV (2012) Françafrique La raison d'Etat. Youtube Consultado no día 13/01/2021 <https://www.youtube.com/watch?v=jXOPPl9aO-E>

CARLINHOUTOPIA (2013) Thomas Sankara "...y aquel día mataron a la felicidad" (sub Esp). Consultado no día 23/03/2021 <https://www.youtube.com/watch?v=dixnDxiwQU>

CANCELA, D. S. (2014). Solidariedade internacional: a revolução argelina e os movimentos anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e antifascistas (FPLN). Consultado no dia 13/04/2022 https://www.nber.org/system/files/working_papers/w10032/w10032.pdf